



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“EU MORO AQUI E PARECE QUE SOU INVISÍVEL”:
O (IM)PRESCRITO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

Paulo Henrique Souza Roberto

Orientadora: Dr^a. Carla Sabrina Xavier Antloga

Brasília – DF
2023



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**“EU MORO AQUI E PARECE QUE SOU INVISÍVEL”:
O (IM)PRESCRITO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

Paulo Henrique Souza Roberto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Sabrina Xavier Antloga

Brasília – DF
2023



**“EU MORO AQUI E PARECE QUE SOU INVISÍVEL”:
O (IM)PRESCRITO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO**

Paulo Henrique Souza Roberto

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Carla Sabrina Xavier Antloga
Universidade de Brasília – PCL/UnB
Presidente da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Luciana da Silva Santos
Membro Titular

Prof^ª. Dr^ª. Veruska Albuquerque
Membro Titular

Cântico negro

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui!"
A minha vida é um vendaval que se soltou,
É uma onda que se alevantou,
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!

Recife José Régio

Às domésticas,

*Em especial à minha mãe, Dona Cléo
E à minha avó Dona Sebastiana (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas compõem minha vida, vindas de diversos lugares e tempos. Algumas ficaram por instantes, outras ficaram e demoraram por mais algum tempo, mas à medida do amor recebido sempre foi além da conta. Não dá para contar e nem colocar numa ordem, mas de coração circula em espiral a minha eterna gratidão.

Gratidão a minha incrível amiga e orientadora, Carla Antloga. Obrigado por ser tão compreensiva e paciente comigo, tinha momentos em que jurava que desistiria de mim e da possível produção dessa dissertação, mas o seu amparo e toda rebeldia me ajudaram a insistir nesse projeto de vida. Eu vou ser mestre e doutor com sua ajuda. Te amo!

Este trabalho é dedicado à pessoa mais importante da minha vida, minha irmã mais nova, a quem chamo de Lala. Você é simplesmente o motivo de não ter desistido da vida. Passamos por tantas coisas juntos e se não fosse você, e por você, não haveria razão para tanta insistência num sonho de uma vida melhor. Aos poucos estamos conseguindo, e de longe não somos mais os mesmos. Somos resultado de tempos difíceis, mas o que nos espera é doce e pueril. Desejo para nós, a sorte dos grandes sonhos realizados e a possibilidade de uma vida feliz e tranquila. Te amo sem quantia, nosso raio de sol.

Ao Benjamim, meu sobrinho a quem tanto amo. Se tenho lembranças de dias felizes, boa parte deles, lá está você. Se há momentos felizes que jamais esquecerei, muitos deles você está. Lembro do dia que te peguei no colo pela primeira vez em leito de hospital, você era tão pequenino e chorão. Hoje é, grandinho demais, desbravador dos sete mares e detentor de uma personalidade que te faz um dos seres mais ilustres da terra. Você mudou completamente minha vida, e eu agradeço tanto à sua mãe por ter me dado a possibilidade de dividir os seus cuidados. Por muito tempo, foi eu e você, o dia todo aprontando várias aventuras - nas quais você não faz ideia, mas me fez entender que não há nada melhor que amar. Te amo minha vidinha!

Gratidão aos meus familiares que chegaram a renunciar possibilidades, para que então eu pudesse ter as minhas. Eu não chegaria até aqui se não fosse pelo apoio incondicional, pelo suporte

e pelo amor confiado a mim. Meu pai, minha mãe, minhas irmãs e meu sobrinhos Bento, Bernardo e Maria Luiza, dedico todo esse trabalho a vocês. Obrigado por me ensinarem o que é amar. Vocês são as pessoas mais importantes da minha vida. Amo vocês mais do que sou capaz de expressar. Eu sempre disse que nasci na hora certa, no lugar certo e na família certa, precisava ser com vocês a minha história. Amo vocês!

Aos meus amigos que também trabalham comigo, em especial à Tainara, Gabriel e a Barbará que suportaram as minhas mudanças bruscas de humor, frente ao desgaste emocional por conta do cansaço – e que sempre se disponibilizaram em me acolher profundamente e resistiriam ao meu lado – sem mesmo que eu merecesse. Nunca esquecerei do que vocês fizeram e fazem, do que são para mim. Eu sou muito abençoado por ter a amizade de vocês.

À Noemia Morais que me acolheu, que abraçou a minha pesquisa, e que fez disso tudo mais fácil. Na verdade, quando comecei o mestrado, estava ansioso, porém com muito medo. Não sabia, de fato, o que era o universo da universidade pública, principalmente quando se tem a origem que tive. E quando conheci você, soube que não estava só. Me identifiquei. Coragem é seu nome. Você é pura inspiração. Obrigado Nono.

À Leide Coelho, a minha grande amiga, meu suporte quando mais precisei. Quando voltei de Portugal para o Brasil, fiquei meio sem lugar. E você me ajudou no reencontro – reencontro esse que se deu por duas vezes, em dois encontros diferentes na vida – para ser mais preciso. Que sorte a minha. Te admiro tanto amiga. E oh, vamos no show do BTS juntos com o dinheiro ganho da minha ascensão à mestre. Te amo amiga!

Aos professores do Psicc, em especial à Sheila Murta e Daniela Chatelard. Ambas sabem como construir uma história de aprendizado. Aquele aprendizado que marca vidas. Daniela me recebeu no Programa, foi quem me deu a possibilidade de estar aqui. Sheila mostrou que até mesmo à distância conseguimos irradiar amor - uma vez que em todas as suas aulas conseguia perceber e sentir o amor que tem pela profissão. Grato Professoras.

À Luciana Santos, essa pessoa querida que me fez amar à docência. Sabe quando alguém nasce para fazer uma coisa, e faz porque é um dom. É esta grande mulher, que nasceu para, dentre outras coisas, ser professora. O método dela é amar o que faz, e isso transparece, todo mundo vê. Lu, aprendi com você a olhar as pessoas e as coisas com amor. E agora nos reencontramos para minha defesa de mestrado que só foi possível porque há 7 anos atrás você me estendeu a mão e aceitou viver comigo um sonho. Enfim, obrigado por ter aceitado contribuir com esse trabalho que tem suas mãozinhas na história.

Agradeço também a Profa. Veruska Albuquerque que aceitou participar da banca examinadora e por tanto contribuir com este trabalho, mesmo tão prontamente, num espaço de 10 dias, tornando tudo isso possível.

Aos meus colegas de Pesquisa e do Psitrafem, em especial à Marina, Bia, Alê, Gi, Júnior e Lorena. Vocês foram essenciais, só me pesa a consciência, pois queria poder ter tido mais tempo para aprender e partilhar o que eu sei com vocês. Peço desculpas, por ser ausência nas reuniões de pesquisa, ou da impossibilidade de dividir projetos em comum nesse universo que é estudar trabalho feminino.

Às cinco trabalhadoras que participaram deste trabalho, não só por falar abertamente de suas vidas, de contar suas experiências no ambiente de trabalho e expressar suas opiniões, mas, acima de tudo, por concretizarem e darem sentido a esse trabalho, que é sem dúvidas um diário aberto. Eu estou infinitamente agradecido.

E claro, quero agradecer a mim mesmo, pois nesses anos que acompanharam a produção desta dissertação, eu trabalhei em média 60h semanais numa Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e enquanto docente em duas instituições diferentes - dirigindo em média 100km por dia. Senti desespero, cansaço e medo de não conseguir entregar o que tanto sonhei: ora por ter que lidar com a temática que me trazia um imensidão de sentimentos; outrora por não ter tempo de elaborar as ideias e a escrita deste trabalho. No fim, deu tudo certo, e isso é graças ao meu esforço, dedicação e empenho.

Deu certo porque fui acolhido, amei, fui amado, e não estive só.

No mais, a todos os meus antepassados, orixás, exus, mães-de-santo, Deus, YHWH, Nossa Senhora, amorosidade sem fim.

TABELAS E LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Processo de inclusão dos artigos na análise.....	18
Tabela 1. Distribuição de artigos por periódicos.....	20
Figura 2. Gráfico de distribuição das publicações por ano.....	21
Tabela 2. Aspectos metodológicos dos artigos.....	23
Tabela 3. Artigos selecionados em Revisão de Literatura a serem analisados	25
Tabela 4. Dados sociodemográficos de trabalhadoras domésticas	44
Tabela 5. Dados sociodemográficos de trabalhadoras domésticas	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ESTUDO I	15
Resumo	16
Introdução.....	18
Método.....	19
Área de formação do primeiro autor.....	23
Aspectos metodológicos.....	23
Direito e legislação sobre trabalho doméstico.....	26
Saúde da trabalhadora doméstica.....	27
Conclusão.....	32
Referências.....	35
ESTUDO II	38
O imprescrito do trabalho doméstico remunerado	38
Introdução.....	41
Método.....	43
Participantes.....	43
Instrumento de coleta de dados.....	44
Resultados e discussão.....	45
A organização e as condições do trabalho: lacuna entre o prescrito e o real do trabalho doméstico.....	45
Sofrimento e defesas: “eu não sei como dou conta de tudo isso”.....	51
A importância do reconhecimento.....	56
Conclusão.....	66
Referências Bibliográficas.....	70
ESTUDO III	73
A contradição das relações de trabalho entre patroas e empregadas domésticas	73
Introdução.....	76
Método.....	78
Participantes.....	78
Instrumento de coleta de dados.....	79
Resultados.....	80
“Eu sou mesmo da família?”: relações de trabalho baseadas na assimetria patroa e empregada.....	80
Conclusão.....	95
Referências.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXO I - Roteiro De Pesquisa	102
ANEXO II - Instrumento de coleta de dados	104

INTRODUÇÃO

O meu interesse pela temática sempre viveu comigo. Mas antes preciso, claro, contar um pouco de quem eu sou e um pouco da minha história. Meu pai é um auxiliar de serviços gerais externos e a minha mãe, empregada doméstica¹. Minha mãe trabalha desde os 12 anos na casa de famílias endinheiradas. Acontece que enquanto Dona Cleo trabalhava, ouvia das madames o sucesso da vida dos filhos, que estudavam em universidades federais, e por isso tinham ganhado o primeiro carro.

A este ponto não acreditamos e nem acreditávamos no nosso sucesso. Minha mãe ainda é empregada doméstica, e com a ajuda do meu pai me criaram em casas separadas. Eles que me acordavam para ir ao colégio, não dormiam até que eu chegasse do cursinho, faziam hora extra para me ajudar com a alimentação na faculdade e hoje choram com a conclusão dessa dissertação. Hoje voltamos a sonhar – a sonhar com o filho mestre por uma universidade federal – mas não pelo relato das madames endinheiradas, eles voltam a sonhar com a concretização dos meus sonhos.

Claro, eles assistem apreensivos essa conquista de sorte, pois não fazem ideia do que vai ser daqui para frente, do que são estes títulos, do que é graduação, mestrado ou doutorado – para eles não fazem diferença esses títulos, mas ambos têm uma certeza: todo esforço e toda dor não foram em vão. Não posso dizer que cheguei aqui sozinho, sou fruto de um esforço coletivo. Mas a parte principal são deles, e por isso estar aqui é uma vitória deles.

Por isso a decisão e a iniciativa da escrita desse trabalho, meu rosto reflete a minha vida, a minha alma, o que amei, e o que sofri, essa não é uma escrita isenta, nunca acreditei de fato que haja isenção, pois todos partimos de um lugar, de um porto de partida, e essas enunciam as nossas escolhas. O meu ponto de partida é esse, e talvez não haja lugar melhor para começar. Eu sempre fui apaixonado pela escrita científica, e não há lugar melhor para começar falando sobre experiências que também já vivi.

¹ Por se tratar de uma narrativa da experiência do próprio autor, aqui, será empregada a primeira pessoa.

Obviamente que alertado por muitos autores na comunidade científica, o atravessamento das nossas perspectivas no processo de escrita pode ser perigoso. Me vi em muitos momentos nos vários fragmentos e depoimentos de entrevista, recordava das minha vivências enquanto filho de uma doméstica: lembrei de me esconder na despensa porque a patroa da minha mãe estava estressada e não poderia me ver; lembro das inúmeras vezes que vi minha mãe chorar de dor por conta da rotina de trabalho; lembro dela chorar envergonhada por conta das humilhações e xingamentos por conta de um dia de estresse da patroa; lembro dela chorar por ser acusada de roubo; lembro dos exames médicos que inferem que a exaustão poderia ser parte do diagnóstico de uma infecção sanguínea persistente.

Lembro de tantas coisas que em muitos momentos me vi incapaz de continuar a dissertar sobre esse assunto. Me peguei chorando, me peguei remoendo algumas dores, situações não esclarecidas, e claro, muita raiva. Já senti muita raiva por saber que para ganhar um salário-mínimo minha mãe teria que engolir o próprio orgulho e menosprezar suas ideias e sentimentos para ter o que colocar na mesa em casa. Pois bem, o resultado desse trabalho árduo está aqui para leitura, e espero que essa seja doce, uma vez que não foi nada fácil. Foi dilacerante.

Nesse sentido, esta dissertação de mestrado foi dividida em três estudos. O primeiro intitulado de *Trabalho Doméstico Remunerado: uma revisão de literatura*, com o objetivo de identificar, avaliar e sistematizar a produção científica na América Latina sobre o trabalho doméstico remunerado. E o que encontramos foi de fato o que era esperado, há uma escassez de estudos em Psicologia sobre a temática – o que mostra uma indisponibilidade dos pesquisadores em falar sobre algo que não é demanda de clínica. Há um silêncio sobre o que não é demanda clínica, e isso se dá por conta de inúmeros fatores, e, especialmente por ocuparmos ainda, uma profissão elitista e hegemônica (mesmo que neguemos, pois, haja análise que dê conta disso).

No segundo estudo *O imprescrito do trabalho doméstico remunerado*, surge como uma reação aos resultados encontrados no primeiro estudo. Procurei compreender por meio de entrevistas com 5 trabalhadoras domésticas, o contexto do trabalho doméstico em duas dimensões,

sendo elas a organização do trabalho (divisão do trabalho, produtividade, regras formais e informais, procedimentos e tempo); as condições de trabalho (ambiente físico “o lar da patroa”, instrumentos, equipamentos e suporte na atividade). Optamos, por não dar enfoque às relações de trabalho nesse estudo pois consideramos que esse eixo é por si só, algo complexo e que requer uma contextualização única.

O terceiro e último estudo *A contradição das relações de trabalho entre patroas e empregadas domésticas*, buscamos identificar como se dá a relação entre patroas e empregadas dada a influência pelo contexto em que esses serviços acontecem: o espaço privado da casa. Muitos dos conflitos que fazem parte dos serviços domésticos, principalmente no que se refere às relações entre patrões e empregados têm sua origem ligada a esse contexto. Como nos serviços domésticos a instituição empregadora é a própria família, cliente e patrão coincidem de uma forma que pode ser problemática.

Nos serviços domésticos, as relações são sempre imediatas e principalmente quando o trabalho é na mesma residência todos os dias, a proximidade, a intimidade e a dependência criam um cenário propício para as ambiguidades e os conflitos afetivos que são, sem a menor dúvida, a grande temática dos estudos sobre a categoria, daí a relação de amor e ódio que marca a profissão e que vem sendo associada à relação de dominação-servidão.

ESTUDO I

Trabalho doméstico remunerado: uma revisão de literatura

***Manuscrito submetido à Revista Trabalho (Em)cena da Universidade Federal de Tocantins**

Resumo

O objetivo desta revisão de literatura foi avaliar e sistematizar a produção acadêmica sobre Trabalho Doméstico Remunerado, publicados em diferentes bases de dados. A busca de artigos foi conduzida no Portal SciELO, Lilacs e BVS de fevereiro a abril de 2022. Na seleção inicial, foram encontrados 191 artigos, dos quais 12 atenderam os critérios de inclusão. Foi estabelecida uma classificação temática e os resultados evidenciaram uma prevalência de pesquisas qualitativas com uso de métodos como a entrevista e o questionário. Os artigos também enfatizam que o trabalho doméstico é marcado pelo adoecimento físico e a pouca ou nula vinculação familiar ou comunitária devido à inflexibilidade de horário de trabalho dessas mulheres. A partir dessa revisão foi possível identificar, ainda, que mesmo após a promulgação da PEC das Domésticas, há dificuldade na fiscalização e manutenção dos direitos adquiridos.

Palavras-chave: trabalho doméstico, desigualdade, adoecimento.

Summary

This systematic review aimed to evaluate and systematize academic production on the topic of Remunerated Domestic Work, published in different databases. The search for articles was conducted in Portal SciELO, Lilacs and VHL from March to July 2022. In the initial selection, 191 articles were found, of which 12 met the inclusion criteria. A thematic classification was established, and the results showed a prevalence of qualitative research using data collection methods such as interviews and questionnaires. In addition to specific aspects such as physical illness due to high workload, burns and intoxication due to the use of hygiene products. Little or no family or community ties were also foreseen due to the inflexibility of these women's working hours. From this review, it was possible to identify that even after the enactment of the PEC das Domésticas, there is difficulty in the inspection and maintenance of acquired rights.

Keywords: domestic work, inequality, illness

Introdução

Empregada doméstica é a trabalhadora maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente e constante) e de finalidade não-lucrativa à uma pessoa ou à uma família, no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador da trabalhadora doméstica é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do empregador. As tarefas dessa trabalhadora está prescrita na multiplicidade de tarefas, bem como: limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar de crianças e pessoas idosas ou doentes, cuidar de jardins, proteger a casa, dirigir para famílias e até mesmo cuidar de animais domésticos. Estas trabalhadoras podem: trabalhar em tempo integral ou parcial, ser empregada por uma única família ou por várias, além de poderem morar na casa do empregador, o que fragiliza ainda mais a vinculação familiar e comunitária dessa trabalhadora.

Apesar do trabalho doméstico ser pouco valorizado e invisível, a Organização Internacional do Trabalho (2020) afirma que este tipo de trabalho é a principal ocupação entre as brasileiras, sendo realizado por mais de 6 milhões de brasileiras, em sua maioria, negras (64%), com baixa escolaridade e residentes em bairros periféricos – esse número corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras).

Ainda de acordo com a pesquisa, 72% das profissionais não possuem Carteira de Trabalho assinada, isso porque a arbitrariedade de uma sociedade escravista, a falta de fiscalização, e as condições precárias de trabalho representam os principais fatores que expõem essas profissionais a viverem uma vida no mercado de trabalho informal. Nesse sentido, a situação de informalidade e desempenho das atividades de trabalho nas residências impede a fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Estes dados se devem, entre outros, ao fato de que o trabalho doméstico é utilizado como fonte de renda de mulheres de classe social baixa, com baixo nível de escolarização e considerada imprescindível pela maior parte das famílias de classes média e alta, que costumam sonhar com o status “de ter uma empregada doméstica” no lar, e por assegurar a redução da

sobrecarga do trabalho e a participação de suas patroas, especialmente as que têm filhos menores, no mercado de trabalho.

O fato de as empregadas domésticas transitarem comumente entre realidades sociais econômica e simbolicamente distintas e somarem “uma grande quantidade de variantes de exclusão social, tais como gênero, raça, poder aquisitivo e o próprio tipo de trabalho exercido” (Santos, 2010, p. 12) faz com que pensar qual é o seu lugar se torne uma tarefa interessante. Além disso, a própria peculiaridade de seu trabalho, também realizado em um espaço privado, a casa se tornando esfera produtiva, faz com que em seu cotidiano não haja uma delimitação precisa entre o que é privado e público.

A tendência contínua em exercer essa função pode significar que, para estas mulheres, o trabalho doméstico é ocupação definitiva e não apenas trabalho temporário, reforçando a importância de estudos como este, uma vez que o desinteresse da sociedade também escancara como a comunidade científica, que por ordem não é alheia ao contexto que vivemos, também silencia, negligenciando e abnegando estudar as configurações do trabalho doméstico remunerado – e em razão – depreciando essas mulheres. Dessa forma, este estudo surgiu com o objetivo de avaliar e sistematizar a produção científica na América Latina que tratam sobre o trabalho doméstico remunerado nos principais periódicos de ciências humanas, sociais e de saúde.

Método

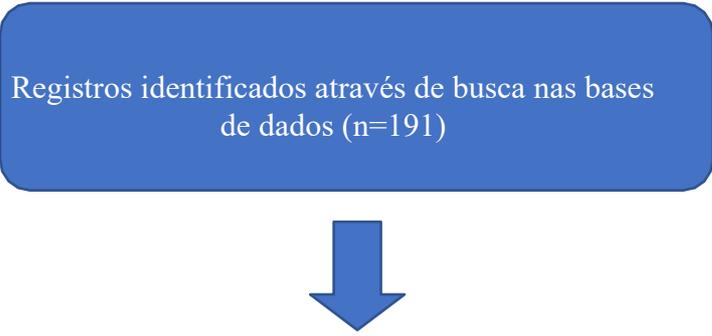
Trata-se de um estudo de revisão sistemática que, a partir de dados secundários, viabiliza o mapeamento de publicações em determinada temática como o trabalho doméstico remunerado, possibilitando verificar como o conjunto destes estudos responde a perguntas previamente determinadas quanto ao campo investigado (Ercole et al., 2014). O presente estudo é uma revisão sistemática de publicações sobre o Trabalho Doméstico Remunerado no campo das ciências

humanas, sociais e da saúde, com base em artigos científicos publicados em revistas indexadas em português, inglês e espanhol.

Inicialmente, foram definidas as bases de dados/bibliotecas, considerando as mais relevantes na área de ciências do trabalho, para realização da busca por artigos. Foram selecionadas as bases *Scielo*, *Lilacs* e *BVS*. A seleção inicial, no mês de março de 2022, foi empreendida por três juízas independentes (estudantes do curso de Psicologia da Universidade de Brasília e estagiárias do grupo de pesquisa), e que foram previamente treinadas para conduzirem a revisão sistemática. Os descritores utilizados para a busca nas bases indexadas foram "empregada doméstica" (OR "*housekeeper*" OR "servicio doméstico" OR "cleaner"), sem restrição de data para a pesquisa. Nas bases indexadas, foram encontrados 191 artigos.

Os critérios de inclusão foram: (1) a constância, no título, no resumo ou nas palavras-chaves, o uso do termo "Empregada doméstica", "servicio doméstico", "*cleaner*" e "housekeeper", não utilizamos critério como ano de publicação. Como critérios de exclusão: artigos de revisão e de opinião e a ausência da temática abordada como norteadora do artigo. As juízas realizaram esse processo de forma independente, seguido por uma avaliação consensual dos artigos considerados adequados.

Após analisar os artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 13 artigos das bases de dados indexadas, conforme apresentado na Figura 1. Os critérios utilizados na presente revisão sistemática são apontados por De'la-Torre-Ugarte-Guanilo et al. (2011), como elementos essenciais para critérios de uso científico para este tipo de publicação e estudo.



Registros identificados através de busca nas bases de dados (n=191)

A diagrama consiste em um retângulo azul arredondado no topo contendo o texto "Registros identificados através de busca nas bases de dados (n=191)". Abaixo do retângulo, há uma seta azul apontando para baixo, indicando a transição para o próximo passo no processo de seleção de artigos.

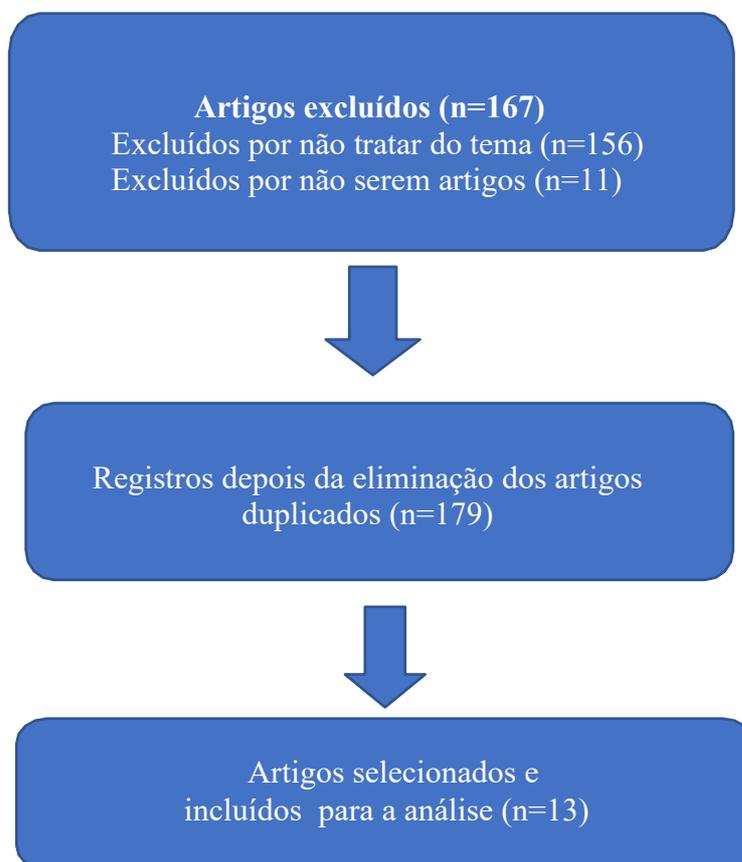


Figura 1. Processo de inclusão dos artigos na análise

Após finalizada a aplicação dos critérios de inclusão, os artigos selecionados foram lidos na íntegra com o objetivo de investigar as seguintes categorias: 1) número de publicações por periódico e por ano; 2) área de graduação do primeiro autor; 3) aspectos metodológicos (tipo de pesquisa, procedimentos de coleta de dados, delineamento e caráter); 4) direito e legislação sobre trabalho doméstico e 5) saúde da trabalhadora doméstica. Para a classificação das temáticas, utilizaram-se os pressupostos propostos por Bardin (1979), e, para auxiliar no planejamento, na execução e na análise final dos estudos encontrados, selecionados e incluídos como parte da análise deste artigo em questão.

Resultados

Volume de publicações por periódico e por ano

De acordo com os critérios estabelecidos para o levantamento de estudos empíricos realizado neste estudo, foi identificado nos periódicos analisados, o quantitativo de 13 artigos que tratavam sobre trabalho doméstico remunerado. Nesse sentido foram escolhidos os artigos que atendiam os critérios estabelecidos para análise e publicados nos periódicos descritos na tabela abaixo:

Tabela 1. Distribuição de artigos por periódicos

Periódicos	Número de publicações	%
Texto e Contexto (Enfermagem)	1	8
Organizações e sociedade	1	8
Revista Ambiente construído	1	8
Cadernos de Terapia Organizacional	1	8
Revista Brasileira de Estudos de População	1	8
Universitas Psychologica	1	8
Revistas de Saúde Pública	1	8
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2	10
Revista Ciência & Saúde Coletiva	1	8
Revista de Ciências Sociais	1	8
Revista Médica de Minas Gerais	1	8
Total	13	100

Na Figura 2. demonstramos em um gráfico, informações específicas sobre o número de publicações em cada ano.

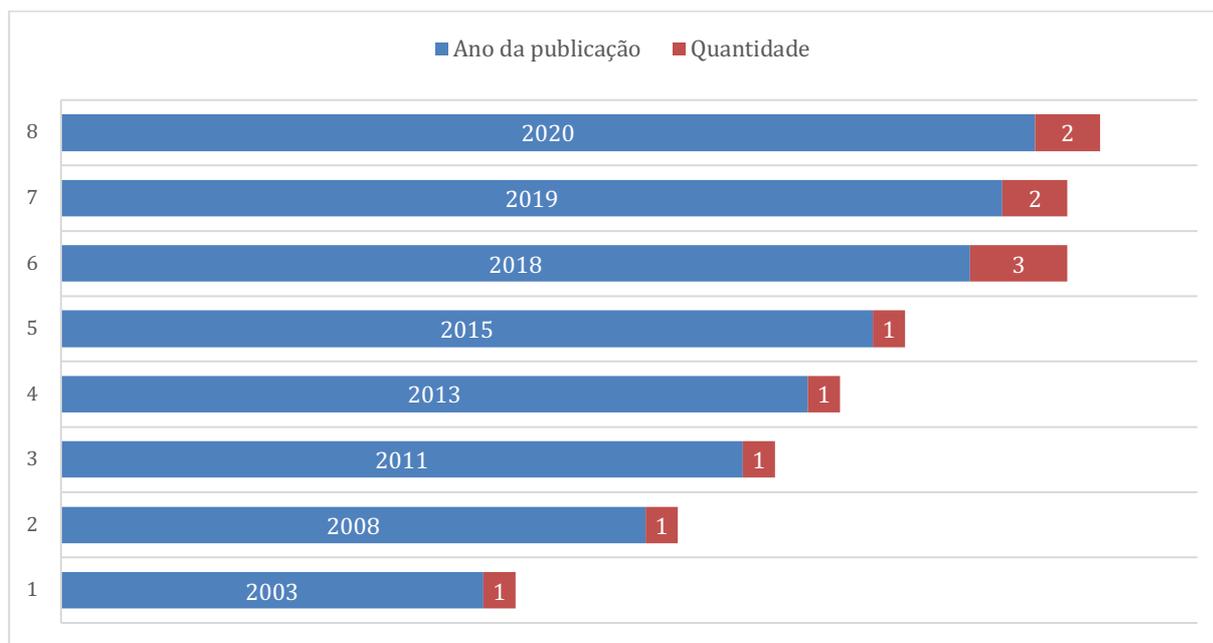


Figura 2. Gráfico de distribuição das publicações por ano

Área de formação do primeiro autor

Quanto à área de graduação do primeiro autor dos artigos publicados sobre trabalho doméstico remunerado, foram contabilizados 6 artigos (50%) elaborados por psicólogos e 6 (50%) de profissionais de outras áreas de formação (como fisioterapia, enfermagem, medicina e ciências sociais). Também foi evidenciada pouca interface multidisciplinar, sendo que apenas 6 dos 12 artigos (50%) apresentaram diálogo com outras disciplinas por meio de produção conjunta. A produção de conhecimento dialogado pode oportunizar reflexões críticas e embasadas para o entendimento da complexidade que se dá o trabalho doméstico como fonte de renda dessas trabalhadoras.

Aspectos metodológicos

Em relação aos aspectos metodológicos destacamos que os artigos foram categorizados de acordo com a apresentação dos resultados obtidos em cada pesquisa desempenhada, como os evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2. Aspectos metodológicos dos artigos

Tipo de método de coleta de dados	Número de publicações	(%)
Entrevistas	7	84
Análise documental	4	11
Questionários	1	1
Grupo focal	1	1
Tipo de método de análise de dados		
Qualitativo	13	100
Tipo de Estudo		
Empírico	13	100

Entre os 12 estudos selecionados nas bases de dados indexadas, verificou-se que: dois foram publicados na área de saúde coletiva, três foram publicados em periódicos da área de ciências humanas e sociais, dois de enfermagem, três de psicologia, dois de engenharia de produção e um em revista de estudos das mulheres, datados entre 2002 e 2018, conforme Tabela 1.

O trabalho doméstico remunerado permanece invisível, tanto no âmbito social como no âmbito da saúde pública, uma vez que há poucas investigações na área de saúde da trabalhadora doméstica, como afirma Fraga (2013). O autor menciona que há uma desproporção entre a expansão do fenômeno e a produção acadêmica sobre ele. Por isso, na intenção de justificar a produção deste trabalho, foi realizado um levantamento em duas renomadas bases de dados online – SciELO, Lilacs e BVS, usando diferentes descritores como: “empregada doméstica”, “housekeeper”, “trabalhadora doméstica”.

Identificamos em ambos os sistemas, 13 artigos produzidos, distribuídos nas seguintes áreas: sociologia, antropologia, ciências sociais, história e psicologia, e a saúde. Os temas são dispersos e em sua maioria destacam as questões trabalhistas, com ascensão após sanção da

PEC das Domésticas pela Presidenta Dilma Rousseff (sendo discutidos em torno do trabalho extra e intra doméstico). A pequena contribuição da Psicologia torna necessária a ampliação da discussão em torno do trabalho doméstico remunerado e seu impacto na saúde mental.

Tabela 3. Artigos selecionados em Revisão de literatura e que foram parte da análise de dados

EIXO DE ANÁLISE	AUTOR	TÍTULO
SAÚDE	Domingos,P., Souto, G. P. B.	Risco Osteomuscular Relacionado ao Trabalho Doméstico
	Coutinho, M. C., Borges, R. C., Graf. L. C., Silva, S. A.	“Todo dia uma casa diferente”: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas
	Santana, V., Amorim, A. M. Oliveira, R., Xavier, R., Iriart, J., & Belitardo, L.	Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais
	Vello Poldi, R. M., Borges, L. M., & Dalbello-Araujo, M.	Trabalho e saúde sob a ótica de domésticas e pedreiros do município da Serra, ES
	Coutinho, M. C. D’Avila, G. T., Maders, T. R., & Morais, M.	Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana
	Cardoso, I. L., Guimarães, S. M. F.	Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas
	Iriart, J. A. B., Oliveira, R. B., Xavier, S. S., Costa, A. M. S., Santana, G. R. A.	Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil
	Ferreira, C. N. L., Zerbetto, S. R. Angélica Martins de Souza Gonçalves, A. M. S., Vozmediano, E. B. Galon, E. R. T.	Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde
	Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P.	Os Lugares das empregadas domésticas
	Santos, V., Rodrigues, I. O., Galvaan, R.	“Não foi isso que planejei para minha vida”. Ocupações de empregadas domésticas que moram no local de trabalho
DIREITO	Guedes, R. G., Monçores, E.	Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade
	Nacif, C., M., L.; Souza, M. R.	Reflexões sobre a Aplicação do trabalho Intermitente no trabalho Doméstico

	Silva, G. L	Da escravidão a atuais regulamentações para Empregados Domésticos: a necessidade de uma mudança cultural
--	-------------	--

Direito e legislação sobre trabalho doméstico

O trabalho doméstico é uma atividade desvalorizada socialmente, tanto que essas mulheres costumam desempenhar suas atividades sem vínculo empregatício regularizado. Isso ocorre devido às transformações no mundo do trabalho, além de questões de raça, classe e gênero: uma vez que é uma atividade desempenhada em espaço privado (na casa dos outros), é um trabalho tido como comum às mulheres, e ainda é uma herança de uma sociedade escravista que mantém determinadas mulheres nesse abismo social (sem outras possibilidades, devido a baixa escolarização).

Além disso, Coutinho (2013) destaca a precarização do trabalho, a qual está muitas vezes relacionada ao emprego informal. Os malefícios desse modelo são: a baixa remuneração, sem direito a aposentadoria remunerada e sem cobertura de medidas protetivas à saúde (Iriart, 2008).

A necessidade da formalização contratual e de leis que garantem os direitos surge nesse contexto, pois, as diferenças legislativas de trabalhadores no geral e das trabalhadoras domésticas comprovam uma herança histórica de desvalorização dessa atividade, em sua maioria desempenhada por mulheres negras. Dessa maneira, nota-se que a escravidão tem se camuflado de várias maneiras na sociedade brasileira (Coutinho et.al, 2013; Cardoso, 2018).

Por isso, segundo Ferreira et. al (2020) e Vello Poldi et al (2011), as trabalhadoras domésticas são vítimas de constantes violências, como por exemplo, discriminação racial, gênero, trabalho forçado e violações de direitos em razão de serem vistas como menos-valorosas, por conta do racismo e xenofobia. Os artigos selecionados, que tratam da questão do Direito, abordam a Lei Complementar nº 150/ 2015 que regulamentou a profissão. Apesar da grande mudança legislativa, ainda não existem estudos suficientes que abordam as mudanças que decorreram a partir desse marco.

Nos resultados encontrados por Ferreira (2020), Silva (2018) e Nacif (2006), as trabalhadoras domésticas consideram que os maiores direitos adquiridos com a Lei foram: o pagamento de horas extras, seguro-desemprego, proteção à gestante e intervalo de almoço. Entretanto, como apontado pelos autores, apesar dos avanços obtidos pela legislação ainda existem fragilidades a serem consideradas. A título de exemplo, as diaristas não são abarcadas pela Lei, visto que se configuram como trabalho informal, além disso, nem todas as empregadas domésticas possuem conhecimento acerca de seus direitos e permanecem à mercê de seus empregadores.

Por fim, os artigos em unanimidade ressaltam a necessidade urgente de um volume maior de pesquisas sobre o tema, a fim de identificar falhas que ainda não são previstas em Lei (Ferreira, 2020). Ademais, torna-se essencial a formalização de inúmeras trabalhadoras que permanecem na informalidade e da melhoria salarial e de condições de trabalho, uma vez que, a saúde física e mental dessas mulheres é comprometida no ambiente de trabalho.

Saúde da trabalhadora doméstica

Um ponto em comum nos artigos selecionados é o tema saúde da trabalhadora doméstica, a qual está vinculada a suas condições de trabalho, o que é uma percepção comum ao longo dos artigos que abordam essa temática. O trabalho de Iriart (2006) analisou as representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde entre trabalhadores informais acidentados (trabalhadoras domésticas e operários da construção civil).

No que tange a saúde das trabalhadoras domésticas, os achados dessa pesquisa permitiram concluir que essas trabalhadoras associam os acidentes de trabalho como um evento causado pelo seu descuido ou desatenção, mas, ao mesmo tempo, não deixam de associá-los às condições de trabalho, enfatizando a sobrecarga de trabalho como principal fator (Domingos, 2018; Coutinho et.al., 2018; Santana et. al., 2003).

Já na pesquisa realizada por Ferreira et al. (2020), foi possível compreender as percepções de trabalhadoras domésticas sobre a relação entre as mudanças legislativas e os

impactos em suas condições laborais e de saúde. Concluiu-se que, apesar dos avanços no âmbito das leis, as trabalhadoras apontaram diversas formas de precarização laboral e da saúde, com destaque para a sobrecarga de trabalho, a dupla jornada, os problemas osteomusculares, o estresse e a depressão, vivências de presenteísmo e situações de desvalorização, discriminação e violência no trabalho.

Poldi, Borges e Dalbello-Arajo (2011) analisaram as relações entre trabalho e processo saúde-doença sob a perspectiva de trabalhadoras domésticas. Os autores apontam o trabalho remunerado como uma necessidade de sobrevivência, nesse sentido, tendem a continuar exercendo a profissão mesmo em condições precárias de trabalho (como o uso contínuo de força física, relações impróprias em ambiente de trabalho configurada pelo paternalismo e pessoalidade, além de acidentes de trabalho).

Apesar disso, as pesquisas como as de Cardoso (2019), Teixeira (2014) e Santos (2019) abordam a satisfação dessas trabalhadoras por ocuparem um trabalho para além de serem donas de casa e, dessa forma, não dependerem de seus maridos. Além disso, enfatizaram o valor de poder sair de casa e conhecer outras pessoas. Entre as trabalhadoras com filhos pequenos, principalmente, foi comum a queixa em relação à dupla jornada de trabalho e à falta de apoio dos companheiros nos serviços domésticos.

As pesquisas enfatizam que a falta de tempo para se dedicar aos filhos é um fator de angústia e estresse para essas mulheres, que sentem remorso por deixarem os filhos em casa. Sendo assim, essas mulheres ressaltaram a necessidade de políticas públicas, como creches e locais com atividades extracurriculares, para que seus filhos estejam protegidos e cuidados durante sua ausência, para que assim, possam trabalhar com tranquilidade. Ademais, os principais fatores de risco apontados por elas foram: o relacionamento patrão-empregada, os produtos químicos e o risco de queda quando necessitam limpar janelas (Guedes, 2019; Ferreira, 2020; Iriart, 2003).

As principais morbidades associadas ao trabalho foram: estresse, alergias, dermatites, problemas respiratórios, rouquidão, dor de cabeça, falta de ar e lombalgia. Referem que continuam trabalhando, mesmo quando doentes, principalmente entre as diaristas (Domingos, 2018). Contudo, de forma geral, as trabalhadoras domésticas, tendem a minimizar o risco de se acidentarem no local de trabalho. Na pesquisa de Santana (2003) estimou-se a incidência anual de acidentes não fatais de acordo com variáveis sociodemográficas e ocupacionais entre empregadas em serviços domésticos.

Os resultados do estudo evidenciaram que a ocupação em serviço doméstico proporciona um risco maior para a ocorrência de acidentes de trabalho comparado a outras ocupações. Entre as empregadas domésticas, observou-se que esse risco aumenta com o tempo de jornada de trabalho e que, embora a maioria dos acidentes não tenha tido gravidade suficiente para produzir incapacidade permanente, levou ao afastamento das atividades por cerca de duas ou mais semanas. A maioria dos acidentes ocorreu na casa do patrão e foi causada principalmente por quedas e contato com substâncias em altas temperaturas, sendo as lesões mais comuns do que as queimaduras.

A grande diferença da incidência de acordo com a jornada é sugestiva da importância da fadiga e da falta de tempo para o descanso para a ocorrência de acidentes (Coutinho, 2018; Fraga, 2013). Por fim, embora a maioria tenha declarado “estar satisfeita” com o trabalho, também manifestou o desejo de “trocar” de profissão, o que é apontado como possivelmente consequência da combinação da falta de oportunidade de trabalho em outras profissões e dos efeitos da discriminação social que demarca o serviço doméstico sobre a subjetividade dessas mulheres (Ferreira, 2020).

Na pesquisa de Coutinho, D’Avila e Morais (2018) foram investigadas as práticas e os sentidos produzidos no cotidiano de trabalhadoras domésticas de duas regiões metropolitanas do sul do país. Um aspecto relevante da pesquisa, no que tange ao eixo saúde, é em relação aos vínculos estabelecidos entre as mensalistas ou diaristas e seus contratantes.

No caso das mensalistas, cujo convívio com os contratantes é mais próximo e regular, essas relações se intensificam, principalmente quando envolvem o cuidado de outros dependentes, o que potencializa um sistema de “ambiguidade afetiva”. Já as diaristas apresentam relações de trabalho menos pautadas pelos atravessamentos afetivos, tendo em vista que não têm contato próximo aos patrões e não prestam atividades de cuidado frequentes.

Além dessas especificidades no que tange a relação com os contratantes, o trabalho de mensalistas e diaristas também se diferencia em relação a rotina e carga de trabalho. No caso das mensalistas, percebeu-se que existe uma maior variedade de tarefas a serem executadas do que as diaristas, muitas vezes simultaneamente, e maior flexibilidade em relação à organização e realização dessas atividades.

Além disso, elas são responsáveis não só pela limpeza e organização das residências, mas também por tarefas como: fazer compras, cuidar de plantas e animais, lavar e passar roupas, cozinhar etc. Já as diaristas conseguem gerir com mais autonomia sua rotina de trabalho, pois não são tão interrompidas por demandas não previstas, como é o caso das mensalistas, e mantêm o foco no seu trabalho de faxina, a dita “limpeza pesada”, apontada como particularmente desgastante. Por fim, a pesquisa constatou que todas exercem o trabalho doméstico em suas residências ou na residência de dependentes, caracterizando a dupla jornada de trabalho das mulheres.

No trabalho de Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) buscou-se investigar quais são os lugares da empregada doméstica, sendo lugar empregado no sentido de espaço social e simbólico que se relaciona à territorialidade e à identidade. Sendo assim, o que se destaca nos resultados é a recorrente negação da condição de empregada para que elas se permitam pertencer aos lugares. Também foi apontado que a construção de identidades dessas mulheres em uma dinâmica negativamente relacionada com a atividade ocupacional que exercem é possivelmente devido a o que já vivenciaram e sofreram, assim como da própria falta de reconhecimento social de sua

atividade. Por fim, é apontado que essa falta de reconhecimento contribui para que essas mulheres continuem negando suas identidades como diaristas e mensalistas.

Cardoso e Guimarães (2018) analisaram as representações e percepções sobre a informalidade do contrato de trabalho e dos riscos à saúde de algumas trabalhadoras domésticas diaristas. Em relação às percepções de saúde, as trabalhadoras participantes do estudo apontaram a sobrecarga de trabalho como causa de adoecimento. Além disso, o estudo aponta que a dupla jornada de trabalho também deve ser levada em consideração como um fator de risco (Iriart, 2008).

Também apontam que, associado a estas questões, está o tempo para executar uma grande quantidade de tarefas (a dita sobrecarga de trabalho) e a consequente ausência de um momento para descanso ou para as refeições. Além disso, as trabalhadoras mencionaram dores de coluna, crises de asma e alergia a produtos de limpeza como problemas de saúde associados ao trabalho doméstico.

No âmbito das estratégias de enfrentamento, foi possível compreender que a informalidade como diarista é uma estratégia de controle da violenta relação com o empregador, tendo em vista que, como diaristas, elas mantêm menos contato com eles e têm maior autonomia sobre suas rotinas de trabalho. Por outro lado, os autores lembram que situações de adoecimento e velhice não são contempladas como direitos trabalhistas e isso é revelador da fragilidade em que essas trabalhadoras se encontram.

Domingos e Souto (2018) buscaram identificar fatores de risco para o desenvolvimento de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e para isso observaram as atividades cotidianas de uma trabalhadora doméstica durante sua jornada de trabalho. A partir disso, encontraram diversos fatores relacionados ao risco para DORT no trabalho doméstico, dentre os quais destacam-se: movimentações específicas que, devido a repetição, representam risco para DORT; manuseio incorreto de cargas com exigência de esforço ou postura viciosa da coluna, joelhos e tornozelos; posturas e ferramentas impróprias com risco de acidentes e com

sobrecarga miotendínea difusa; ausência de percepção consciente da trabalhadora sobre a importância de se minimizarem situações de risco ocupacional.

No trabalho de Guedes e Monçores (2019) investigou-se a atuação das empregadas domésticas e das cuidadoras profissionais com o intuito de responder se entre esses grupos há mais semelhanças ou divergências no que tange ao perfil socioeconômico de cada categoria. Em relação à saúde, ficou evidente o adoecimento devido sobrecarga de trabalho devido à alta carga horária de trabalho remunerada somada a extensas jornadas de trabalho não remuneradas em ambas as categorias.

Conclusão

A análise dos resultados mostrou que os artigos encontrados vêm abordando temáticas esparsas ao real, considerando que fogem da contextualização do contexto de trabalho, das experiências de prazer e sofrimento e das relações advindas entre o trabalho. Por exemplo, observou-se que muitos não se aprofundaram em questões específicas sobre o trabalho doméstico, como discrepâncias salariais, sobrecarga emocional, dupla jornada de trabalho (quando o trabalho não é só na casa dos outros), multiplicidade de tarefas e exigências de desempenho. Quando essas questões não são aprofundadas pela literatura, a visibilidade necessária de elementos cruciais na análise do trabalho feminino não é atingida.

Verificou-se, também, que, nos periódicos consultados, há uma predominância da publicação de artigos que utilizam como instrumento de coleta de dados entrevistas e questionários, e que os métodos qualitativos apresentaram uma frequência de utilização próxima. Foram identificados poucos estudos mistos, o que indica que esta não é uma opção que vem sendo adotada por pesquisadores brasileiros para se estudar o fenômeno do trabalho doméstico remunerado.

Os estudos recuperados na presente revisão evidenciam que as várias expectativas em torno de comportamentos específicos quanto ao trabalho doméstico remunerado são geradoras de sofrimento, já que a tentativa de imposição de normas de conduta implica desgastes psíquicos e

físicos adicionais para lidar com as cobranças advindas do trabalho, além da relação proximal com os patrões que ocasionam conflitos internos e subjetivos além do esperado.

A desigualdade ainda se reflete no perfil demográfico atual das trabalhadoras domésticas no Brasil com 79,3% se autodeclararam negras e uma elevada proporção de 42% das trabalhadoras domésticas na faixa etária de 25 a 39 anos (Ipea, 2020). No Brasil, as trabalhadoras domésticas não tinham seus direitos trabalhistas plena e formalmente reconhecidos até 2015 (Brasil, 2015). Consequentemente, as trabalhadoras domésticas (mensalistas ou diaristas) têm sido submetidas a diferentes formas de exploração e podem, ainda hoje, ter pouco conhecimento sobre seus direitos legais ou a possibilidade de reivindicá-los.

Além disso, muitas dessas mulheres negras e pobres só encontraram posição social e poder de compra por meio de seu papel de trabalhadoras domésticas, e isso faz com que tenham sentimentos como gratidão às famílias empregadoras. É importante salientar ainda, que o trabalho doméstico tem gerado muitas famílias matrifocais no Brasil, nas quais as mulheres representam parte importante da renda das famílias (Souza, 2017). Porém, é necessária fiscalização e efetivação dos direitos dessas trabalhadoras que ainda sofrem com a dificuldade de terem acesso a essas garantias.

O limitado poder de negociação no que diz respeito às condições de trabalho (carteira assinada) e a grave falta de acesso a formas alternativas de trabalho, tem contribuído para que o trabalho doméstico seja percebido como servidão (Bernardino, 2014). Um dos fatores que contribuem para essa percepção de servidão são as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas. Embora o trabalho doméstico seja socialmente útil, a remuneração por esse trabalho ou a relação paternalista empregador-empregado reflete uma subvalorização deste trabalho, entre outros.

Essas dificuldades vivenciadas afetam negativamente a saúde e o bem-estar dessas trabalhadoras, principalmente aquelas que vivenciam a dupla ou tripla jornada de trabalho. Entre as empregadas domésticas mensalistas também é visto, pouco tempo para descanso; longas horas

de trabalho e baixa participação em atividades de convívio social e relacional, pois ficam muitas vezes isoladas de outras rotinas.

Nesse sentido, é visto que mesmo com o encontro para tantas respostas, o presente estudo apresenta limitações, pois o mapeamento realizado parte de um recorte de periódicos nacionais e internacionais, indexados em apenas três plataformas diferentes. Há necessidade de consulta a outras bases de dados e periódicos, bem como a outras revistas que apresentam interfaces com estudos sobre trabalho doméstico para apresentar um retrato mais fiel e aprofundado da produção acadêmica.

Como agenda de pesquisa, sugere-se a ampliação das categorias temáticas. Também poderia ser realizada a inclusão de periódicos internacionais, para possibilitar a comparação entre as tendências das produções nacionais e internacionais. Dessa forma, acredita-se ser possível verificar a abrangência e a evolução da área, bem como integrar as contribuições internacionais que respondam a questões de pesquisa nacionais.

Referências

- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. A. Rego & A. Pinheiro, Trads). Lisboa: Edições 70.
- Bernardino-Costa, J. (2014). *Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil*. Brasília: EdUnB.
- Cardoso, I. I., Guimarães, S. M. F. (2019). *Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas*. *Revista de ciências sociais - política & trabalho*, 1(49), 205–226.
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35232>
- Coutinho, M.C. (2013). *Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas*. *Universitas psychologica*. 12(4): 1127-1140.
- Coutinho, M. C., D'Avila, G. T., Maders, T. R., & Morais, M. (2018). *Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(1), 87- 101. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>
- Domingos, P., Souto, Bernardino G., A. (2018). *Risco Osteomuscular Relacionado ao Trabalho Doméstico*. *Rev. méd. Minas Gerais*; 28: [1-8], ID: biblio-967926.
- Ercole FF, Melo LS, Alcoforado CLGC. (2014). Revisão integrativa versus sistemática. *Rer Min Enferm*. 18(1):10.
- Ferreira, C. N. L. Zerbetto, S. R., Gonçalves, A. M. S, Briones-Vozmediano, E., Ronda, E., Galon, T. (2020). *Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde*. *Texto Contexto Enfermagem*. [Internet]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0375>
- Fraga, A. B. (2013). *De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Guedes, G. P., & Monçores, E. (2019). *Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais compartilhando as fronteiras da precariedade*. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 36,1–24. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0083>

- IPEA (2020). Nota Técnica n. 75 (Disoc): *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Dados disponíveis em:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf
- Iriart, J., A., B. (2006). *Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil*. Revista de Ciência e Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/representacoes-do-trabalho-informal-e-dos-riscos-a-saude-entre-trabalhadoras-domesticas-e-trabalhadores-da-construcaocivil/391?id=391&id=391>
- Lima, J. C. R.; Toledo, A. M. (2020). *Dependência de empregada: tradição nos edifícios de apartamentos do bairro Farol em Maceió, AL*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 7-30, jul. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212020000300415>
- Organização Internacional do Trabalho. (2020). *Trabalho Doméstico*. Recuperado de <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/langpt/index.htm>.
- Santana, V. S., Amorim, A. V., Oliveira, R., Xavier, S., Iriart, J., Belitardo, L. (2003). *Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais*. Revista de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Santos, V. Rodrigues, I. O. e Galvaan, R. (2019). “*Não foi isso que planejei para minha vida*”. *Ocupações de empregadas domésticas que moram no local de trabalho*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. v. 27, n. 3, pp. 467-479. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO18>
- Teixeira, J. C. Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. de P. (2014). *Os Lugares das Empregadas Domésticas*. Organizações e Sociedade Journal, 22(72). Retrieved from <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12725>

Vello-Poldi, R. M, Borges, L. H, Dalbello-Araujo, M. (2011). *Trabalho e saúde sob a ótica de domésticas e pedreiros do município da Serra, ES*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>

Zanelli, J. C, Bastos, A. V. B. Rodrigues, A. C. de A. (2014). *Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho*. In: Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., Bastos, A. V. B. (Orgs.), *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. (pp.549-582). Porto Alegre: Artmed.

ESTUDO II

O imprescrito do trabalho doméstico remunerado

Resumo

O presente estudo teve como objetivo evidenciar, como se configura a dinâmica da organização e as condições do trabalho de empregadas domésticas. Foram entrevistadas 5 mulheres, com idade entre 25 e 55 anos e tempo de serviço entre 4 e 34 anos. As entrevistas semiestruturadas foram analisadas seguindo os preceitos da Análise de Núcleo de Sentido, em que prioriza os aspectos reais e simbólicos da interação dessas trabalhadoras com o seu contexto de trabalho. O trabalho doméstico, desprovido de uma sistemática formal de prescrição, parece revestir-se de uma inteligência que tem raiz no corpo, nas percepções e na intuição sensível: uma inteligência astuciosa. Esta leva em conta que a atividade exige ajustamentos das relações entre as prescrições das tarefas e os empecilhos impostos pela organização do trabalho e a inteligência originada da experiência real do trabalhador e a sua concepção sobre a atividade. Do ponto de vista das condições e organização do trabalho, o desafio principal situa-se na ausência de fiscalização do trabalho. A particularidade de um ambiente ser ao mesmo tempo lar de uns e trabalho de outro, nos instiga a buscar meios de repensar esses e outros conceitos, em princípio elaborados para um tipo de trabalho dito “produtivo”, realizado muitas vezes, em coletivo de trabalhadores. Pautar essas relações contribuirá para a ampliação dos debates sobre os estudos do trabalho e a visibilização do trabalho reprodutivo remunerado. Estes resultados evidenciam a importância de se discutir o trabalho doméstico no campo da Psicologia.

Abstract

The present study aimed to show, through semi-structured interviews, how the dynamics of the organization and the working conditions of domestic workers are configured. 5 women were interviewed, aged between 25 and 55 years and service time between 4 and 34 years. The semi-structured interviews were analyzed following the precepts of the Analysis of the Nucleus of Sense by Mendes (2002), which prioritizes the real and symbolic aspects of the interaction of these workers with their work context. Domestic work, devoid of a formal prescription system, seems to be invested with an intelligence that is rooted in the body, in perceptions and in sensitive intuition: an astute intelligence. This takes into account that the activity requires adjustments to the relationships between the task prescriptions and the obstacles imposed by the work organization and the intelligence originated from the worker's real experience and his conception of the activity. From the point of view of work conditions and organization, the main challenge lies in the absence of work inspection. The particularity of an environment being at the same time home for some and work for another, instigates us to seek ways to rethink these and other concepts, in principle elaborated for a type of work called "productive", often carried out in a collective of workers. . Guiding these relationships will contribute to the expansion of debates on work studies and the visibility of paid reproductive work. These results show the importance of discussing domestic work in the field of Psychology.

Introdução

O trabalho doméstico remunerado, agregado à condição de subalternidade, está associado a questões de classe, raça e gênero, tratando-se de uma atividade exercida majoritariamente por mulheres em espaço privado. Marcado por um ciclo indelével de fazer, desfazer e refazer, a atividade doméstica contribui para a invisibilidade tanto no campo de trabalho formal quanto de suas trabalhadoras. Diante disso, a experiência vivida por essas mulheres é marcada pelo ressentimento, que associado ao sentimento de humilhação, mantém o modo de se vestir, o quarto de dormir e até mesmo a linguagem ao tratar os patrões, o que marca a dependência e acarreta adoecimento psíquico (Britto, 2006).

A empregada doméstica obteve sua primeira regulamentação em 11 de dezembro de 1972, pela Lei n. 5.859, quase 30 anos após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, que excluía estas trabalhadoras da regulamentação dos direitos trabalhistas. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) expandiu mais alguns direitos às trabalhadoras domésticas e garantiu, por exemplo, a integração destas à previdência social (Fraga, 2013).

Mas a categoria apenas obteve sua equiparação aos trabalhadores regidos pela CLT a partir da Emenda Constitucional (EC) n. 72, de 2 de abril de 2013, posteriormente sancionada como Lei Complementar em 2 de junho de 2015 (LC n. 150/2015). A PEC n. 72, conhecida como a “PEC das domésticas”, assegurou direitos antes não reconhecidos às empregadas domésticas, como a garantia de recebimento do salário-mínimo, décimo terceiro salário, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais e repouso semanal remunerado.

Para Dejours (1992) a organização do trabalho pode ser entendida como a própria divisão do trabalho, alocando as devidas responsabilidades e a execução das tarefas, no intuito do indivíduo adaptar-se àquele determinado prescrito. Ao longo da história do trabalho doméstico remunerado essas trabalhadoras têm sua rotina marcada por desenvolver tarefas que sustentem a vida cotidiana das famílias contratantes, buscando atender o “desejado” e o “esperado”, que nem

sempre se constitui em regras claras. Em razão disso há o desgaste da trabalhadora inserida neste contexto.

Sendo assim, a casa dos patrões, a organização do trabalho, é o lócus onde acontece a discrepância entre o prescrito e o real do trabalho. O prescrito é composto pelas normas, regras, regimentos, regulamentos, tempos e controles exigidos para a execução das atividades, são elementos que antecedem a tarefa em si (Nogueira & Araújo, 2013). Neste aspecto, podemos relacionar o trabalho dessas mulheres com as normas aplicadas aos empregados domésticos no ato de gerir toda e qualquer tarefa que antecede a gestão, limpeza e higienização de um lar terceiro.

O real do trabalho, por sua vez, é onde surge a complexidade da tarefa. É no real que surge o ineditismo, os imprevistos, as contradições e as falhas, levando a trabalhadora a vivenciar o seu fracasso diante do não saber fazer, ou de lidar com o tempo que não ampara a previsão e o atendimento de todas as suas demandas (Nogueira & Araújo, 2013). O sofrimento surge desta vivência diante do real do trabalho, que é inerente ao trabalho, e pode ter três destinos: sofrimento patogênico, sofrimento ético e sofrimento criativo.

O sofrimento patogênico ocorre quando a trabalhadora não encontra possibilidade de negociação entre a organização do trabalho e os seus conteúdos subjetivos, estando impedida de exercitar sua capacidade de criar. Pode se manifestar pelo medo, insatisfação, insegurança, inquietação, angústia, depressão, tristeza, culpa, tensão, raiva e outros sentimentos. Sendo uma vivência prolongada pode comprometer a saúde (Moraes, 2013). Já o sofrimento ético é a vivência experimentada pela trabalhadora quando se submete ou participa de situações no trabalho das quais discorda intimamente, agindo de forma contrária a seus valores e/ou aos seus princípios. Manifesta-se por meio da insegurança, medo e angústia (Vasconcelos, 2013).

Nesse sentido, o sofrimento se torna criativo quando a trabalhadora consegue transformá-lo em prazer, por meio da inteligência sendo colocada em prática. É um caminho para o destino da criação e da engenhosidade, conduzindo o sujeito a inventar soluções para os problemas que

surgem no trabalho. O sofrimento criativo atua como um mobilizador para as mudanças na organização do trabalho (Moraes, 2013).

Antloga (2020) assinala que o sofrimento aparece fortemente atrelado à desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino evidenciados nos salários mais baixos, nas longas jornadas de trabalho, na precarização das condições de trabalho, no assédio moral, no assédio sexual e na vulnerabilidade. A autora destaca ainda que a opressão que a mulher sofre no ambiente de trabalho, incluindo o doméstico, se deve ao fato da trabalhadora ter de agir de acordo com o estereótipo de ser dócil, paciente e acolhedora.

Nesse sentido, a metodologia adotada para a escrita deste trabalho foi o conteúdo trazido na fala de 5 trabalhadoras da área que vivenciam experiências marcantes no dia a dia de trabalho e que contextualizam como se dá o trabalho na casa de um terceiro. Todo material coletado foi analisado por meio da técnica de Análise Clínica do Trabalho, baseada em Mendes e Araújo (2012). Assim, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, selecionou-se os dois eixos: Organização e as condições do Trabalho, o prescrito e real do trabalho e Sofrimento & Defesas.

Método

Participantes

A pesquisa contou com a participação de 5 (cinco) mulheres inseridas no trabalho doméstico remunerado, com idade média de 35 a 40 anos e com baixa escolaridade, variando de ensino fundamental incompleto ao ensino médio incompleto. Das entrevistadas, 2 (duas) são casadas e 3 (três) estavam em união estável. Todas as participantes são mães.

Dentre a amostra de pesquisa 4 (quatro) delas são mulheres nordestinas, que se autodeclaram parda, e que vieram para Brasília em busca de trabalho e estudo. A amostra dos sujeitos foi ancorada no método “Bola de neve”, onde uma trabalhadora indica colegas de trabalho para participação da pesquisa.

Tabela 4. Dados sociodemográficos de trabalhadoras domésticas

Participante	Raça	Escolaridade	Local de Nascimento	Tipo de trabalho doméstico	Tempo de profissão
Participante 1	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	São Mamede – Piauí	Mensalista	22 anos
Participante 2	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	Ceará-Mirim – Rio Grande do Norte	Mensalista	12 anos
Participante 3	Negra	Ensino Fundamental Incompleto	Belém - Pará	Diarista	21 anos
Participante 4	Negra	Ensino Médio Incompleto	Picos - Piauí	Mensalista	17 anos
Participante 5	Branca	Ensino Médio incompleto	Brasília (DF)	Mensalista	18 anos

Instrumento de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários sociodemográficos com objetivo de delimitar o perfil de cada participante; e entrevistas semiestruturadas (ANEXO I), que foram conduzidas de acordo com roteiro previamente estabelecido em três eixos temáticos de análise com base nos objetivos da pesquisa, e que buscaram investigar o contexto do trabalho doméstico em três dimensões, sendo elas: (1) a organização do trabalho e as condições de trabalho, bem como a dinâmica subjacente e as (2) estratégias de mediação utilizadas por essas trabalhadoras em face da diversidade das situações de trabalho e das vivências de sofrimento, e por fim, (3) a importância do reconhecimento destas trabalhadoras e das tarefas desempenhadas.

Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram aplicadas com duração média de 40 minutos a 1 hora e meia, sendo conduzidas de forma aberta e permitindo-se que as participantes expressassem livremente suas opiniões sobre as experiências em face do trabalho doméstico. Essas temáticas buscaram investigar o contexto do trabalho doméstico em suas três dimensões, sendo elas a organização do trabalho

(divisão do trabalho, produtividade, regras formais e informais, procedimentos e tempo); as condições de trabalho (ambiente físico “o lar da patroa”, instrumentos, equipamentos e suporte na atividade), bem como a dinâmica subjacente e as estratégias de mediação utilizadas por essas trabalhadoras em face da diversidade das situações de trabalho e das vivências de sofrimento; e a importância do reconhecimento da trabalhadora doméstica e das suas funções dentro do espaço da casa alheia.

Instrumento de análise de dados

As entrevistas foram tratadas qualitativamente com base na técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), apresentada por Mendes (2007), que se baseia na análise de conteúdo categorial de Bardin (1988), em que prioriza os aspectos reais e simbólicos da interação dessas trabalhadoras com o seu contexto de trabalho. Desta forma o objetivo é obter o conteúdo das mensagens, que permitirá a inferência de conhecimentos relativos à produção de variáveis que serão analisados por categorias temáticas. Pressupõe ainda, o desenvolvimento das seguintes etapas operacionais: a constituição do corpus; leitura flutuante do material coletado; composição das unidades de análise; categorização e descrição das categorias.

Resultados e discussão

A organização e as condições do trabalho: lacuna entre o prescrito e o real do trabalho doméstico

A Psicodinâmica do Trabalho busca compreender os aspectos psíquicos e subjetivos que são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho. Busca estudar os aspectos menos visíveis que são vivenciados pelos trabalhadores ao longo do processo produtivo, tais como: mecanismos de cooperação, reconhecimento, sofrimento, mobilização da inteligência, vontade e motivação e estratégias defensivas que se desenvolvem e se estabelecem a partir das situações de trabalho. Compreende que o trabalho é um elemento central na construção da saúde e identidade

dos indivíduos e que sua influência transcende o tempo da jornada de trabalho propriamente dita e se estende para toda a vida familiar e tempo do não-trabalho (Dejours, 1994; BANDT *et. al*, 1995).

Porém, quando nos ocupamos dessas concepções analíticas do trabalho, como a Psicodinâmica do Trabalho e nos debruçamos sobre o trabalho reprodutivo, duas questões norteadoras em princípio se apresentam: no trabalho doméstico remunerado, o que se configura como organização do trabalho? como definir o que são condições de trabalho quando o espaço é uma casa? Essas questões são importantes pontos de partida para análise do trabalho doméstico à luz dessa perspectiva teórica.

Nesse sentido, foi identificado na fala das participantes que, em sua maioria, a organização do trabalho dessas trabalhadoras se dá, a partir do “combinado” feito com os patrões, que geralmente não é respeitado. Isso porque a trabalhadora passa a fazer parte do ciclo familiar vigente, no sentido de organizar toda vida diuturna dos entes que constituem a família a quem presta serviço. E, por isso, esse contrato que estaria firmado no sentido da manutenção da limpeza e higiene da casa e na alimentação da família, se torna na prática também, o cuidado de idosos e crianças, animais, plantas, jardim e secretariado – além de outras funções que se confundem com o combinado inicial.

Fala 1: *“Geralmente eles não cumprem e quando você vê já tá fazendo 10 coisas a mais que o combinado que a gente fez com a patroa. Isso cansa muito a gente”*.

Fala 2: *“Você as vezes é contratada para trabalhar durante a semana, quando vê eles colocam dois ou três finais de semana, festa de criança, da tia, da avó, e quando vê tá trabalhando todo dia sem descanso nenhum.*

Fala 3: *“Eu fui contratada para ser doméstica, mas parecia mais babá, e eu deveria ganhar por isso, uma babá ganha muito mais que uma doméstica”*.

Fala 4: *“Elas mentem falam um valor x, para fazer determinada coisa. Elas sabem que como você precisa, que se não precisasse não estaria trabalhando na casa de família, então elas descumprem o combinado. Inclusive quando fala que você vai entrar nesse horário e*

sair nesse horário, mas não, você dorme na casa, na residência, você trabalha, digamos das 5h da manhã até tarde da noite, o horário que eles levantam para tomar café e tudo, então 5h você tem que estar com a mesa posta, e você vai descansar lá pras 10h ou 11h da noite, que descanso que você tem?”.

Assim, os acordos e os arranjos sobre a organização do trabalho, acontecem a partir de negociações entre os patrões e a trabalhadora doméstica, mas, o real do trabalho depende do dia a dia de cada família. Ou seja, apesar dos acordos legais estabelecidos entre as famílias contratantes e as trabalhadoras, situações que de ambas escapam ocorrem no cotidiano. Por exemplo, mesmo que o acordo de finalização da jornada de trabalho seja às sextas-feiras às 18h, na prática, a trabalhadora só pode encerrar suas atividades quando os patrões jantam, a louça estiver limpa e a cozinha organizada. Esse tempo a mais não é considerado como horário além da jornada, não é computado como hora-extra, e a trabalhadora ainda precisará descansar no posto de trabalho. Para a trabalhadora, o turno foi perdido.

Outro exemplo, como afirma Coutinho (2013), é quando se estabelece o acordo de remuneração prevista na carteira de trabalho, mas na prática os patrões fracionam essa remuneração com objetos e presentes. O vínculo que se estabelece a partir dessa dinâmica fragiliza o poder de negociação da empregada e mancha as fronteiras fragilizadas entre tarefa – dever – e afeto. Daí se desencadeiam situações adversas, como a comunicação dificultosa por conta de sentimentos mal compreendidos, as mágoas e os ressentimentos tidos com a valoração assimétrica (Coutinho et. al, 2013).

Fala 1: *“Você conta nos dedos um patrão que valoriza o seu empregado, eu trabalhei a vida toda como doméstica, e só hoje eu achei alguém que me trata como gente e me paga um salário digno que me dê condições para sobreviver e pagar minhas contas”.*

Fala 2: *“Eles falam que vão pagar x, e quando compra um sapato ou um iphone para os filhos deles, meu salário sempre atrasa, ou só vem parte dele, eu tinha uma patroa que era acostumada a fazer isso, pagar de rica, mas não me pagava o salário”.*

Fala 3: *“Eu já trabalhei 3 meses sem salário, mas pelo ou menos não passava fome, não tinha para onde ir, sem família aqui, eu tinha que aguentar para não ficar sem comida, ou com fome. Ah, ela também me dava roupa e um teto, então eu tinha vergonha de falar que ela me devia os salários”*.

Fala 4: *“Eu chamo esse trabalho de escravidão, porque na entrevista você vai é uma conversa, aí a empregada cumpre aquela palavra que foi conversado, só que os patrões não cumprem, no dia do seu descanso ele tá batendo na sua porta, ‘ou passa essa roupa aqui para mim?’ não pode ser outra roupa senão aquela que ela quer, e não me dá nenhum centavo a mais por isso”*.

Fala 5: *“Trabalhar como diarista é muito melhor que empregada, porque você vai lá e faz o combinado, e pronto, vai pra sua casa no outro dia sem ninguém encher seu saco, se ele gostar te chama de novo, se não gostar ela que chame outra”*.

O prescrito, parece ser facilmente observado no dia a dia dessas trabalhadoras, tidos nos acordos verbais feitos com seus patrões, que exigem um modo de fazer visto numa necessidade particular e não do saber dessas trabalhadoras. Por exemplo, como quando entra em oposição o saber-fazer da trabalhadora doméstica com a exigência da patroa sobre o que seria mais eficiente para a execução das suas tarefas, como os produtos específicos para a lavagem da casa, de roupas ou de utensílios domésticos (Ferreira, 2020). Na exigência de que todas as roupas sejam esfregadas com as mãos, mesmo que a trabalhadora tenha outras formas de fazê-lo, flagram o impedimento do que seria uma “ordem organizativa do processo” para o desenrolar livre e mais eficaz da ação da trabalhadora (Fraga, 2013).

Fala1: *“é desgastante demais, só que patrão não vê, esses dias ela estava querendo me ensinar a passar roupa, quando na verdade o tecido que ela tinha devia ser lavado em lavanderia, o ferro dela não dava para passar aquilo, eu me senti tão mal, que tem hora que dá vontade, eu quase paguei do meu dinheiro”*.

Fala 2: *“ela entrava na cozinha e queria avaliar os temperos que eu usava, a quantidade de sal, a quantidade água que eu colocava no arroz para cozinhar, mesmo que eu faça isso por 25 anos, quando ela nunca nem entrou numa cozinha nem pra fazer comida para os filhos dela”*.

A tarefa e a atividade enquanto dimensões do mesmo trabalho, suscitam uma reflexão importante sobre a prescrição no trabalho doméstico. Se de um lado, esse tipo de trabalho não permite (ou não permitiu até o momento) uma prescrição de tarefas, por outro, as prescrições são o modo de executar exigido pelas famílias contratantes, que existem por conta dos “acordos” feitos no cotidiano, o que é passível de sanção quando não cumprido. Entre a exigência e o saber-fazer, há a atividade que se realiza na negociação entre ambos. Essa negociação, inclusive, depende das condições em que esse trabalho se realiza.

Em relação às condições de trabalho, ainda há poucas pesquisas que tratem especificamente sobre os níveis de risco que essas trabalhadoras são submetidas no exercício de suas atividades, e tampouco é discutido sobre quais seriam os equipamentos de proteção imprescindíveis para a prevenção de acidentes de trabalho. Essas questões não parecem ser discutidas com a devida importância, e mesmo sendo necessária e urgente, ela ainda é escassa nos fóruns em que se faz pertinente, inclusive pelo Sindicato de Trabalhadoras Domésticas. Sabido são as orientações do Governo Federal para Comunicação de Acidente da trabalhadora doméstica que estão descritas na Cartilha “Trabalhadores Domésticos: direitos e deveres” (Brasil, 2015).

Exemplos oriundos de pesquisas como a de Santana (2003) nos informam que a prevenção e o cuidado não fazem parte (ainda) da rotina de trabalho das empregadas domésticas. Alguns utensílios domésticos são utilizados por preferência dos patrões e causam sintomas físicos graves nas trabalhadoras, tais como: irritação e inflamação nos olhos e nas vias aéreas; cortes, descamação e rachadura na pele das mãos; rinite alérgica; queimaduras químicas, entre outras.

Fala 1: *“eu tinha uma patroa que colocava soda em tudo, e no sabão que ela fazia, aí que o negócio ficava forte mesmo, eu já cheguei gastar 300 reais numa consulta com*

dermatologista porque minha mão estava no sangue, eles não se importam com a gente não”.

Fala 2: *“Uma vez eu trabalhei numa casa com muitos pés de árvore, um dia quando eu tinha separado as folhas tudo, minha patroa jogou uma garrafa com tampa no fogo que explodiu e me queimou todinha, claro que ela não sabia que ia explodir, mas ela não fez nada para me ajudar só ria enquanto eu tirava as cascas da minha pele”.*

Fala 3: *“Claro que a gente nunca tá bem, sempre com a unha feia por conta de usar detergente demais, usar sabão demais, a mão fica toda machucada, além do peso que a gente carrega, eu fico com menino no colo o dia todo, minha coluna fica toda doendo e a gente não pode nem reclamar”.*

Fala 4: *“O que eu mais odeio usar é desengordurante e limpa-alumínio, que eu tenho alergia, minhas mãos ficam descascando sempre, tem dia que tá pior, depende da época, eu acho que meu organismo já se adaptou, porque pobre não pode ter alergia”.*

As providências, apesar de simples, ainda são negligenciadas pelos patrões, tais como, por exemplo, a disponibilização de luvas (para higienizar banheiros e outros lugares passíveis de contaminação), de avental (para a proteção de respingos de gordura quente), de máscara respiratória simples (de TNT), assim como sandálias de borracha (para evitar quedas quando é feita a lavagem de chão de cozinhas e banheiros).

Fala 1: *“Nunca usei nenhum material de proteção, nem máscara para COVID eles me davam, imagina avental, mentira, avental eu tinha, mas só podia usar quando tinha visita, a patroa que falava. Eles pegaram COVID e eu fiquei péssima, aí passei a levar minha máscara, que eu mesmo compro, é baratinho na farmácia”.*

Fala 2: *“Eu sempre queimo a mão porque sou muito desastrada, eu fico até com medo, porque se acontece alguma coisa mais grave é só colocar outra no lugar, porque hoje em*

dia tem fila de doméstica querendo um emprego. Uma vez eu queimei a mão, e o médico disse que era queimadura de segundo grau, eu nunca senti uma dor tão grande, ave maria”.

Fala 3: *“Eu já cai da escada lavando o piso da casa dela que é de porcelana, é liso demais, e eu estava usando sandália, depois disso minha coluna não é mais a mesma, isso é péssimo, eu fiquei traumatizada. Agora eu tomo mais cuidado, mas sei que sempre é um risco”.*

Santana (2003) menciona que apesar de ainda incipientes a respeito do assunto, evidenciam que os acidentes são vistos como descuido das empregadas, cabendo a elas darem conta de se reestabelecerem e retornar ao trabalho com a advertência que terão os dias descontados. Não se configurando, dessa maneira, em acidente de trabalho. Muitas vezes nem mesmo por elas, quando entendem que *“se tivesse em casa teria acontecido igual, então se cuida para não acontecer de novo”*. Essas questões devem ser fruto de outros estudos que levem em consideração os riscos derivados do trabalho doméstico remunerado.

Sofrimento e defesas: “eu não sei como dou conta de tudo isso”

O trabalho doméstico remunerado tem como alicerce a contínua reprodução de um país que ainda se ancora num modelo escravista que ainda trata relações de trabalho de maneira hierarquizada (Santos, 2019). Quando isso acontece, o contexto fica marcado por sofrimento e outros sentimentos como alienação, frustração, angústia, impotência para promover mudanças, desvalorização, invisibilidade, desproteção, dentre outros elementos demonstrados pela empregada doméstica.

Fala 1: *“Tudo isso é trabalho de doméstica, só humilhação. Você se estressa muito, é muito estressante, você não pode falar, você não pode desabafar, você não pode gritar, é uma coisa que você não pode falar nada disso, ai vem a parte do desconforto, ai vem o desconforto da parte de ser mulher, você não pode fazer uma unha, você não pode se cuidar, você enche de varizes de tanto ficar em pé, aparece tudo isso, de sobe e desce, sobe*

e desce escada, faz isso, faz aquilo, agacha, levanta, eu não aconselho ninguém a trabalhar como doméstica”.

Fala 2: *“Todos os dias é a mesma coisa, e todo dia é reclamação do patrão, ele não enxerga o que você faz. Você muda os moveis de lugar, carrega peso, ele não vê que você limpou, que você se esforçou, que sofre, e não houve nenhum elogio só reclamação, e você ainda tem que ficar calada e chamar de Senhora sem ela nem saber seu nome, ‘eu estou pagando para você fazer’ então é tudo isso que adocece a gente”.*

Fala 3: *“Toda empregada doméstica tem uma história para falar sobre isso ‘eu pago você’, isso é muito humilhante, você sabe que está sendo paga para fazer, mas você não gosta de ouvir, ‘eu estou te pagando é sua obrigação fazer’, ninguém gosta de ouvir isso, é humilhante, hoje uma empregada doméstica também tem direitos”.*

Porém, esta forma de viver, como as identificadas nas falas da entrevistadas, também pode ser interpretada como uma estratégia de defesa individual. Um recurso que os sujeitos constroem para minimizar a percepção do sofrimento no trabalho, ou seja, é uma forma de recusa da percepção daquilo que faz sofrer (Moraes, 2013). Ou daquilo, que é real e perceptível, pois é frustrante vivenciar um contexto de trabalho em que não é visto todo o seu desconforto com as inúmeras tarefas de trabalho – e quando há um ponto positivo, este também demanda cuidado como no caso citado acima – essa falsa sensação de pertencimento e relação proximal, pode ser um mecanismo para “sobreviver” à essa dinâmica de adoecimento.

Fala 1: *“A rotina é muito cansativa, porque 5h você tem que estar acordada, depois disso lavar todas as louças, depois preparar o almoço e se tiver alguma coisa faltando é reclamação. Então a gente não dá conta e sofre muito. Mas por outro lado, às vezes é bom, principalmente quando tem criança, eles acabam gostando muito da gente, porque passa mais tempo com a gente que às vezes o pai e a mãe, então não é só coisa ruim, tem coisa boa também, a gente se sente em casa”.*

A organização, mesmo que em ambiente doméstico, explora justamente essas estratégias de defesa para conduzir a trabalhadora à alienação. Inicialmente a defesa é de proteção, uma vez que essas mulheres são “acolhidas” por uma família, tendo agora um lugar onde morar, um salário e alimentação. Nesse sentido, funciona como uma forma de compensação, pois o fato de “cuidar de uma família” aparece como uma característica validada socialmente às mulheres. Essa se sente valorizada pelo ato de cuidar, mesmo que este não seja de fato seu parente, como bem descrito na *Fala 4* do item acima.

Por isso, essas trabalhadoras necessitam de recorrer às estratégias defensivas que se fundamentam na racionalização, em que o modo de pensar, sentir e agir são compensatórios e utilizados para suportar o sofrimento de permanecer num mesmo espaço (da casa do outro), com pouca possibilidade de mudança “*até que meu trabalho não é tão ruim, eu aprendi a agradecer a deus por ele. É aqui que eu ganho meu pão, que eu sustentei meus filhos, e não é tão ruim, o mais difícil é o peso que a gente tem que carregar, mas o resto tudo a gente dá um jeito, se não fosse aqui eu ia ter que continuar engolindo sapo do mesmo jeito*”.

A racionalização, parece operar concomitantemente com outros, como a defesa de adaptação, e a defesa de exploração, pois a trabalhadora em sofrimento, o nega e submete-se ao funcionamento da organização, assume o discurso da casa onde trabalha como se fosse seu e acredita numa sensação de normalidade (Cardoso, 2019). O desejo é atender as expectativas dos patrões mesmo que nunca possa atingir as expectativas destes.

Fala 1: “Eu trabalhava 24h, dormia 4h por dia, fazia pão de queijo na madrugada para eles acordarem e estar tudo prontinho, eu jogava água toda semana na casa, cuidava de menino, esperando que fosse receber elogio, ou que eles notassem que eu fazia muito, mas isso durava duas ou três horas porque no outro dia eu tinha que fazer tudo de novo porque parecia que quando tava limpo, aí que eles queriam sujar mesmo”.

Fala 2: “Depois de 25 anos, essa é a primeira vez que eu trabalho numa casa que me trata como gente humana, eu tinha costume de comer em pé, e ela chegou em mim e falou assim,

‘eu estou ficando chateada porque você deve comer com a gente’. Esse tempo inteiro da minha vida, ela exigiu que eu sentasse com eles na mesa, ela entrou na cozinha e eu estava comendo em pé, por conta do costume eu achei aquilo um absurdo porque eu como empregada doméstica, faxineira, tendo que sentar na mesa com ela para tomar café, todas as vezes eu tinha que sentar para comer, para tomar café e almoçar”.

O que preocupa aqui não é o fato de tratarem a trabalhadora com equidade, mas de entendermos que depois de tantos anos de experiência no emprego doméstico, o fato de ser tratada como “gente” ainda assusta. O ato de sentar-se à mesa é extremamente apreciado, quando há um histórico carregado de violência no contexto de trabalho, que é marcado por situações de marginalização e segregação.

Isso se dá, em suma, porque o trabalho doméstico é solitário, em sua maioria são mulheres advindas de regiões empobrecidas do nosso país que sonham com a possibilidade de estudar e crescer profissionalmente, mas a realidade é uma vida marcada pelo sentimento de desesperança. Por isso, Dejours (2004) falava sobre a importância dos trabalhadores de agir coletivamente, buscando revelar estratégias de defesa coletivas.

Fala 1: *“Eu trabalhei muito, bateu o arrependimento, e eu queria voltar sozinha para casa, mas não podia, não tinha dinheiro, eu era menor de idade e não podia voltar sozinha, porque me prometeram que eu ia trabalhar, mas também ia estudar. Trabalhando de graça porque eles não pagavam, se combinava um salário-mínimo, eles pagavam metade da metade. Até você ter conhecimento com outras pessoas, conversar debaixo do bloco, a gente fazia reunião das empregadas na pracinha, as babas, aí todo mundo comentava uma com a outra, sobre outras oportunidades, aí vinha aquele desabafo aí acabava arrumando outro serviço e saía”.*

Fala 2: *“A união das babás e das domésticas fofoqueiras era no parquinho quando levava as crianças, eu não sei hoje, mas antes a gente precisava das amigas porque tinha patroa que explorava demais a gente, claro que hoje tem as leis né, mas antes você tinha, que*

lavar, passar, cozinhar, cuidar de papagaio e periquito, criança e ainda nem recebia. Ai as amigas ajudavam a conseguir coisa melhor nem que fosse na casa das irmãs das patroas delas”.

Ou seja, essas “reuniões” possibilitaram às trabalhadoras a atingir um consenso da categoria para funcionarem como uma regra de conduta entre as empregadas que acabavam não aceitando conviver em situações precárias apesar de todas as dificuldades vivenciadas. Ressalta-se que estas estratégias de defesa são importantes para a trabalhadora, mas possuem um caráter reativo, uma vez que são estruturadas a partir da necessidade de se defender de algo que as fazem sofrer, mas não necessariamente é tido de maneira constitutiva e consciente (Moraes, 2013).

Nesse sentido, há uma polarização, ou a trabalhadora rebela-se ou naturaliza-se a atividade. O excesso de normalidade existe quando a trabalhadora tende a não questionar o fato de viver para o trabalho, dentro do próprio trabalho e com limites bem definidos entre os donos da casa e os dela como empregada doméstica.

Fala 1: *“Passa de um dia após o outro, a gente vai se acostumando, dorme um dia, depois dorme outro, depois dorme uma semana, depois fica um mês, aceita gritarem com você e ser tratada mal, abaixa a cabeça porque precisa do emprego, aí quando você vê está morando lá, dormindo e morando, sem ter família porque todos moram longe, sem amigos. Quando você tem amigos não pode ver, eu já desisti até de cuidar dos meus filhos para cuidar dos filhos da minha patroa, o meu primeiro filho tive de levar ele para o Maranhão, sabe? Porque minha patroa queria que eu morasse com ela, mas não deixava que meu filho morasse lá porque ela tinha um filho”.*

Fala 2: *“Eu aceitei morar na casa dela porque aluguel está muito caro, mas é muito ruim, um dia eu fui tomar banho na casa dela e ela disse que se eu demorasse de novo ela ia desligar o cilindro”.*

No desenrolar da trama de suas vidas, essas trabalhadoras buscam dar vazão ao sofrimento elencado pelo trabalho através do processo de mobilização subjetiva. Mendes e Duarte (2013)

descrevem que a mobilização subjetiva se dá pela busca da identidade, no qual o fato de apenas executar a tarefa, alienar-se, não satisfaz mais o sujeito. Para as autoras a mobilização permite o resgate do sentido de trabalho.

Fala 1: *“Sabe, hoje se eu faço um acordo e eles não cumprem eu pulo fora logo, só aceito trabalhar se pagar o que realmente eu mereço, porque se a gente não se impõe, eles montam na gente, e rico é folgado, todo rico é folgado, na verdade não precisa nem ser rico né? Qualquer um quer ter uma empregada”*.

Fala 2: *“Eu procuro fazer sempre o melhor trabalho, mas não me mato de trabalhar mais, porque antes eu buscava ser admirada e receber elogio dela, mas hoje eu sei que meu trabalho é deixar tudo limpo e ir para minha casa, e passar no mercado pra comprar as coisas que eu gosto”*.

Ferreira (2013), em conformidade aos autores que discutem a mobilidade subjetiva como estratégia de modificação do sofrimento, aborda que o espaço de discussão é essencial para dar voz à palavra que foi silenciada pelo sofrimento. Quando a palavra é negada, pela falta de espaço para o compartilhamento, a estratégia de silêncio e segredo é utilizada pelo trabalhador.

A importância do reconhecimento

O reconhecimento no trabalho é um tópico fundamental quando se empreende um estudo sobre o trabalho, seja qual for a categoria profissional em questão e não seria diferente no caso das empregadas domésticas. Isso porque o trabalho como atividade dirigida a um fim específico, a satisfação de necessidades (ou desejos), está constantemente sujeito a avaliação, mesmo que essa avaliação seja informal e esteja apenas implícita no processo. Sempre é possível que os resultados alcançados atendam adequadamente ou não às necessidades que o motivaram, então, a eficácia como critério de avaliação está sempre presente, mesmo quando o trabalho é realizado apenas para satisfazer as próprias necessidades.

Quando o trabalho é feito para atender às necessidades de outras pessoas e, indiretamente às próprias, pela mediação da remuneração, entra em jogo não apenas a própria avaliação da eficácia - atender ou não as próprias necessidades - mas também a avaliação de outras pessoas acerca dos resultados do trabalho e até mesmo da eficiência do processo. É principalmente nessa condição, quando o produto ou o serviço se destina ao outro, que o trabalho pode afetar a 'imagem de si' de muitas maneiras: pelas possibilidades de sucesso e de fracasso, de conseguir cumprir ou não os objetivos, de ser capaz de superar os obstáculos e vencer os desafios quotidianos na própria realização da atividade (Santos, 2019).

Para Dejours (1992), reconhecimento traz um benefício para a identidade, naquilo que torna cada sujeito único, sem igual. Esse reconhecimento pode contribuir também para a confiança na própria capacidade de continuar no trabalho, garantindo, portanto, a possibilidade de autonomia para manter a própria vida, a vida da família, enfim a capacidade para ter assegurado um lugar no mundo. Colabora para efetivação da noção de pertencimento, pois essa se dá na compreensão da plena e positiva participação no cotidiano de quem contrata os serviços.

Fala 1: *“A gente se sente bem quando é elogiado, quando dizem que o que a gente fez ficou bom, porque não é fácil fazer o que a gente faz não, ficar o dia todo pegando pesado, lavando banheiro, casa, cozinha, almoço, janta. Então quando o patrão elogia, a gente quer fazer mais e melhor, porque ai até compensa o esforço”*.

Além disso, de acordo com Dejours e Abdoucheli (1994) o trabalho demanda empenho e esforço quando o corpo, as cognições e as emoções são colocadas a seu serviço. Esse esforço faz sentido quando a ele se segue o sucesso e mais ainda quando esse sucesso é socialmente reconhecido. Dessa maneira, esses autores consideram o reconhecimento essencial para que o sofrimento da realização do trabalho resulte em prazer, uma vez que a impossibilidade de gozar os benefícios do reconhecimento interfere no próprio sentido do trabalho.

Dejours e Abdoucheli (1994) diferenciam o reconhecimento em dois registros: o reconhecimento pela hierarquia e o pelos pares. O reconhecimento pela hierarquia é

reconhecimento da utilidade, que confirma se a contribuição do trabalhador atende aos requisitos e cumpre a função. É o aval de que os objetivos para a organização estão sendo atendidos. O reconhecimento pelos pares é o reconhecimento da habilidade, da inteligência, do talento pessoal, da originalidade e até mesmo da beleza da execução do trabalho e de seus resultados. Nos estudos sobre o emprego doméstico o reconhecimento do trabalho fica em segundo plano, quando não é totalmente omitido da discussão.

Nunes (1993), por exemplo, chega a considerar que as empregadas domésticas sequer se interessam por serem reconhecidas pelo trabalho devido à desvalorização dos serviços domésticos. Por causa da desvalorização social, ser uma boa doméstica significa fazer bem uma atividade que não qualifica, que não acrescenta valor à identidade pessoal e que, por essa razão, não interessa. Porém, os dados obtidos não permitem dizer que as empregadas domésticas não se importam com o próprio desempenho. Outras demandas como as de consideração e respeito pessoal estão presentes e tem relevância absoluta, mas não eliminam a especificidade e a importância do reconhecimento do trabalho.

Fala 1: *“Eu já nem tento mais ser boa, eles só valorizam quando querem, quando estão precisando de alguma coisa, se querem que você trabalhe a mais, quando querem fazer festa no fim de semana, passa a semana toda bonzinhos, traz até comida de restaurante pra gente”;*

Fala 2: *“Se eu me sinto valorizada? Engraçado eu falava isso ontem com minha filha, que a gente e cachorro é a mesma coisa, ninguém se importa com a gente não, pobre veio ao mundo pra ser escravo dos outros, patrão nenhum valoriza o trabalho da doméstica não, a gente só serve pra lavar chão e banheiro com cocô deles”;*

Fala 3: *“a gente nunca vai ser valorizada enquanto doméstica, eu moro aqui e parece que sou invisível para eles”.*

Como já foi dito, o reconhecimento do trabalho pode ser considerado em dois registros - o reconhecimento da utilidade e o reconhecimento da beleza. O reconhecimento da utilidade diz

respeito ao cumprimento dos objetivos, trata-se do reconhecimento de que o que foi feito atende adequadamente às necessidades. O reconhecimento da beleza é o reconhecimento da contribuição pessoal, da maneira de fazer, da criatividade e está relacionado não apenas ao produto, mas também ao processo. A diferença entre esses dois registros será útil para entender o reconhecimento do trabalho no emprego doméstico, porque é possível identificar cada um deles e reconhecer que cumprem funções diferentes para o trabalhador.

Fala 1: *“Ela tava me perguntando esses dias como eu lavava roupa tão rápido, aí eu disse pra ela, ‘patroa eu aprendi com a minha mãe, inclusive depois que a gente teve dinheiro pra compra o tanquinho’ eu costumo colocar tudo pra bater e depois escovar tudo com as mãos ou com escova de roupa mesmo, aí fica tudo branquinho, e você acredita que ela me elogiou, elogiou as roupas brancas”;*

Fala 2: *“Lá no Nordeste a gente gosta de tempero na comida, e ela sempre elogia meu modo de cozinha e gosta é muito da comida. Esses dias eu tava ensinando a patroa a fazer bobô de camarão, e ela achando engraçado como que eu fazia uma coisa difícil tão rápido”.*

O reconhecimento da utilidade tem uma dupla conotação. Por um lado, é motivo de orgulho, mas é também condição para o abuso. O orgulho se deve ao valor que é atribuído à contribuição da empregada para o andamento da casa. O reconhecimento da utilidade pode valorizar a pessoa na medida em que, torna insubstituível aquele que serve, reconhece a importância dos serviços prestados e a competência em conseguir atender às necessidades da casa. Mas esse reconhecimento se configura como uma armadilha quando não existe consideração pela pessoa e respeito pelo trabalhador, porque pode facilmente resultar em abuso e exploração, uma vez que as exigências ao trabalhador podem ter o tamanho das necessidades da casa, independente das possibilidades reais de atendê-las durante a jornada de trabalho.

Reconhecer somente a utilidade dos serviços sem reconhecer a pessoa e o esforço pessoal pode ser uma situação ainda mais difícil para empregada que a ausência de qualquer forma de

reconhecimento, porque tem um apelo ao ego que pode influenciar a aceitação de situações que de outro modo poderia ser recusada.

Fala 1: *“Esses dias ela acordou de madrugada falando que queria comer beijinho porque estava com desejo. Bateu na minha porta e eu tive que fazer o beijinho, que ela diz que só eu sei fazer, depois disso eu não consegui dormir mais, e passei o dia todo irritada e ela perguntando o que tinha acontecido”;*

Fala 2: *“O meu patrão tem mania de me acordar cedo pra passar roupa pra ele ir pro trabalho, dizendo que a esposa dele nunca soube fazer isso, aí eu que sou trouxa tenho que levantar mais cedo do que eu precisava pra ter que passar a roupa que ele escolheu, mesmo que ele tenha 50 mil camisas passadas no armário, isso cansa a gente, ninguém pensa que a gente cansa, que a gente tem sono, e que só a gente sabe lavar, passar e cozinhar”.*

Quando o reconhecimento é apenas pela utilidade sem a preocupação com a pessoa, essa condição não escapa às empregadas domésticas, criando um conflito entre o desejo de se fazer importante e a ameaça de perder o valor na primeira vez que faltarem as forças para servir.

Fala 1: *“eu tenho até medo quando vem elogiando demais, porque é a aí que vem a pedição o dia inteiro”;*

Fala 2: *“Em julho no ano passado foi aniversário da minha filha no meio de semana, aí eu toda crente de que ia poder sair com elas no fim de semana para curtir o aniversário dela, tinha pedido bolo e tudo mais lá da minha vizinha do bolo caríssimo, aí quando foi na quarta feira ela me mandou mensagem falando que precisava de mim no fim de semana, porque o patrão tinha convidado os amigos médicos dele pra ir pra lá, e ela ia me pagar por fora. Me agradeceu e tudo mais, eu fui, mas me senti péssima, porque já tava cansada porque tinha feito faxina na semana, mas é precisando do dinheiro tive que aceitar, mas ela nunca vai reconhecer”;*

Fala 3: *“Ela não costuma agradecer nada que eu faço, porque ela é muito séria, muito retida, e quando elogia é porque realmente gostou. Tanto que um dia eu lavei toda a*

cristaleira antes de um evento lá na mansão, e ela ficou toda feliz, agradeceu e disse que eu podia fazer aquilo sempre que quisesse e pudesse, mas cansa demais, é enorme e tem que ter cuidado dobrado, ela já falou que tem taça que é mais cara que meu salário, pensa, eu ia ter que trabalhar um mês inteiro pra pagar um vinho ou uma taça dela”.

A consciência da fragilidade da relação fundada na utilidade é mais um elemento que torna imprescindível o respeito pela pessoa e pelos direitos do trabalhador nos serviços domésticos, que é o que pode proteger dos abusos e dar segurança em uma eventualidade que atinja o corpo e impeça o serviço. Então, o que se pode concluir aqui sobre o reconhecimento da utilidade é que este pode, sim, beneficiar a autoestima, também nos serviços domésticos, mas pode também funcionar como uma armadilha que leva à submissão às necessidades do outro sem os limites que seriam razoáveis para garantir o próprio bem-estar.

Fala 1: “Claro que a gente fica feliz quando elogiam o trabalho da gente, que reconhece o que a gente faz, o filho dela mesmo eu passo mais tempo com ele do que ela, eu que arranquei o primeiro dente, é eu que levo todo dia na escola, mas eu acho que isso não é visto. Então quando elogia a comida, ou a casa limpinha a gente já fica feliz demais né, todo mundo gosta de ser elogiado”.

O reconhecimento da qualidade do resultado e da contribuição pessoal do trabalhador para esse resultado, que é o segundo registro do reconhecimento que foi mencionado, também pode ser identificado nos serviços domésticos. Esse tipo de reconhecimento é bastante valorizado entre as domésticas que participaram deste estudo. Inclusive, a expressão direta do reconhecimento é requerida, muito bem-vinda quando acontece e motivo de queixa, quando ausente.

Fala 1: “sábado passado fez 4 anos que eu trabalho na casa dela, e foi a primeira vez que eu fui elogiada de verdade, e porque eu lavei todos os banheiros e usei o perfume que ela gosta. Mas não tinha nada de diferente só porque eu usei o produto que ela gosta, mas eu gostei do elogio, eu sinto que ela vê, mas patrão é desse jeito mesmo, e se ficar esperando elogio, é melhor esperar sentada”.

Mesmo pela ausência de reclamações ou de manifestações de desagrado, o reconhecimento da qualidade dos resultados pode ser inferido. Isso porque as formas de manifestação de reconhecimento dependem também do estilo das pessoas da casa.

Fala 1: *“É que nem eu estava te contando, ela não é fácil sabe, nem o marido dela aguenta ela, então quando ela elogia, é porque tá bom mesmo, eu já me acostumei com aquela cara feia dela, ela só trata bem quando a pessoa tem dinheiro ou aguenta a personalidade dela, eu não aguento não, mas preciso de trabalhar”*.

Não é somente o reconhecimento do resultado que conta, mas o reconhecimento da contribuição pessoal para esse resultado, o reconhecimento do capricho, de um jeito especial de passar uma roupa ou preparar um prato. A expressão direta de satisfação com os serviços tem ainda uma função adicional: serve como feedback indicando as estratégias adequadas de conseguir atender às pessoas. Permite conhecer como gostam dos serviços e o que deve ser feito para bem atender. Dizer que gostou ou que não gostou permite identificar o que é um bom serviço naquela casa e direcionar a ação.

Fala 1: *“É bom ser elogiada, quando dizem que gostam da sua comida, do seu tempero, da roupa passadinha, mostra que estão vendo o que você faz com carinho, é ruim quando ninguém faz isso, mas o trabalho da doméstica é nada pra ninguém, nós não somos nada pra patrão”*.

O reconhecimento completa o sentido do trabalho, permite saber do que foi feito, o que agradou, o que atendeu às expectativas e a falta desse tipo de reconhecimento é motivo de queixa, pois, quanto maior a dedicação maior também o ressentimento pelo não reconhecimento. Mais ainda se configura como uma injustiça quando o outro para quem o serviço e o capricho foram dedicados deixa de apreciar o que foi feito.

Fala 1: *“Eu já cansei de trabalhar na casa dos outros, queria fazer qualquer outra coisa, mas sem estudo e sem quem indica, fica difícil. Você trabalhar para não ouvir um muito obrigado é ruim demais, eles não conseguem dizer um ‘parabén’ cara. Você passa dia e*

noite, lavando banheiro, fazendo comida, limpando casa dos outros, cuidando de filho dos outros, e não recebe um muito obrigado. Deus podia abençoar minha vida pra eu conseguir outra coisa, é muito ruim depender de gente ingrata”;

Fala 2: *“Eu trabalhei minha vida inteira como doméstica e agora que eu estou velha e cansada, foi a primeira vez que eu fui convidada pra comer na mesa com a patroa, que eu fui tratada dignamente, porque ela sim é muito boa”.*

Ressentimento e insatisfação resultam dessa situação. Talvez mais até entre as que gostam do que fazem. Quanto maior a dedicação e o capricho, maior a necessidade de ter o esforço e os resultados reconhecidos. O não reconhecimento, nesse caso, é uma injustiça maior ainda que nos casos em que não há interesse ou comprometimento com a atividade. Além disso, existe em qualquer caso o esforço necessário para fazer o trabalho e o não reconhecimento faz desse esforço algo inútil, como se nada tivesse resultado desse investimento.

Fala 1: *“A gente se esforça, se dedica todos os dias para fazer o melhor, mas isso não é reconhecido não, ninguém vê o que a gente faz”.*

Na falta do reconhecimento, restam somente o cansaço e o desgaste sem recompensa. É dessa maneira que a falta de reconhecimento deixa sem sentido o esforço, o sofrimento e o desgaste da execução do trabalho. Como disseram Dejours e Abdoucheli (1994), é o reconhecimento da contribuição pessoal do trabalhador para esse resultado que confirma o sucesso e mostra que o sofrimento não foi em vão.

Portanto, não há por que considerar que as empregadas domésticas não querem ser reconhecidas pelo seu trabalho. Como acontece com a maioria dos trabalhos, fazer bem-feito e ter sucesso naquilo que faz é motivo de orgulho pessoal e de satisfação de ter cumprido o seu papel. É possível se importar com o trabalho e querer reconhecimento pela contribuição pessoal mesmo em uma ocupação socialmente desvalorizada socialmente. Além disso, ser considerado uma mal trabalhadora pode provocar desconforto também entre as empregadas domésticas.

Existe um esforço para evitar ser chamada atenção, porque tem um efeito para a autoestima, significa não estar à altura das exigências do outro e do próprio ideal de atuação profissional e de conduta pessoal.

Fala 1: *“Esses dias eu usei muito detergente no banheiro, e como é de porcelana ficou um pouco manchado, ela voltou lá na cozinha comigo fazendo comida das dietas dela e disse que assim que eu terminasse era pra lavar o banheiro de novo porque se não podia estragar o piso dela, e a gente sabe que isso não tem nada a ver, não tem como um chão estragar por conta de sabão. Eu fiquei com vergonha porque a gente não gosta de levar sermão de quem nunca pegou num pano de prato”*.

Fala 2: *“Ela já gritou comigo na frente de todo mundo, dos amigos dela, porque ela foi comer uma coxinha que não estava congelada quando ela comprou e ficou enxarcada, ela gritou e foi horrível, eu voltei pra cozinha e chorei tanto”*.

Fala 3: *“Antes eu ficava triste quando ela me chama a atenção, hoje eu só quero que ela me mande embora pra que eu possa receber meus direitos, porque você pode fazer o que for, que nunca vai estar bom, então eu fico torcendo pra ela me xingar pra eu mandar ir a merda também”*.

Embora, haja pessoas que não se importam de maneira alguma com esse tipo de situação, o descaso pode estar mais relacionado à estrutura de personalidade que ao pertencimento a uma categoria profissional. Claro que as condições concretas do trabalho podem criar a necessidade de não se importar com as avaliações negativas e com a falta de reconhecimento do trabalho, até mesmo como defesa. Isso se dá, quando nada agrada o empregador ou quando o relacionamento com as pessoas da família é ruim. De qualquer maneira, não há razões para acreditar que se trata de um padrão ou de uma característica coletiva das empregadas.

Fala 1: *“Eu já cheguei num momento da minha vida que eu não me importo mais, ah, você faz de tudo e o povo só pisa em você, te trata mal, não olha nem na sua cara, você faz uma*

coisa e não tá bom, você faz outra e também não tá bom, tem hora que a gente cansa e não quer mais nem saber, eu mesmo não estou nem aí mais, sabe? Foi se o tempo”.

Então, embora o reconhecimento dos resultados do trabalho seja pouco considerado na literatura, não se pode dizer que o reconhecimento pelo trabalho interessa pouco às empregadas e que elas não fazem questão de fazer bem o seu trabalho. Apesar da desvalorização social dos serviços domésticos e da profissão de empregada doméstica, existem outros fatores influenciando a dinâmica do reconhecimento no trabalho, como as exigências morais individuais que estão presentes nos relacionamentos, inclusive nos de trabalho. Além disso, há os benefícios imediatos do reconhecimento, a satisfação de receber um elogio e da confirmação de estar atingindo os objetivos, pelo menos quando as relações são boas e quando se quer preservar o emprego.

Fala 1: *“no mínimo a pessoa tem que dizer muito obrigado pelas coisas que você faz, não é só salário que paga o serviço não, é uma pessoa que faz”.*

Além do que, o reconhecimento fecha o circuito afetivo porque permite a confirmação de que o resultado do esforço endereçado ao outro chegou ao seu destino e foi bem recebido. É a aceitação e a confirmação da apreciação, do aproveitamento do que foi feito. Mais ainda no caso dos serviços domésticos que associam o desgaste físico e emocional, que o serviço com o corpo e a gestão das emoções demandam, com a futilidade dos resultados rapidamente consumidos pelo movimento da casa.

Fala 1: *“Se mata de trabalhar para não receber um elogio, nem um muito obrigado, é difícil demais, eu se pudesse nunca mais trabalhava como doméstica, mas não tive oportunidade de estudar, é isso que dá”.*

Portanto, o que contribui para o que o trabalho possa ter sentido pessoal é saber que está efetivamente atendendo às necessidades e agradando, já que o serviço se destina diretamente ao outro, mesmo que o produto não permaneça até o dia seguinte ou não sobreviva além de algumas horas como uma refeição. Ou seja, de um trabalho que parece estar sempre sendo desfeito. E isso gera conflito, inclusive porque nos serviços domésticos o reconhecimento só pode vir das pessoas

da casa, porque não há colegas de trabalho e não há outras testemunhas para a beleza, a destreza, a rapidez ou a eficiência.

Fala 1: *“É bom sentir que tá fazendo certinho, porque cada casa é uma casa, então muitas vezes eles não falam e a gente não sabe se tá fazendo do jeito que gosta. E o pior é que as vezes, você tem um jeito diferente de cozinhar, ou de lavar e não sabe se isso eles gostam, então fica difícil. O ideal seria de que elogiasse ou falasse se gosta ou se não gosta porque aí facilita o trabalho da gente”*.

Além disso, o reconhecimento faz parte também da manutenção da ligação afetiva na medida em que é uma ação afirmativa quanto ao desejo de que a relação de trabalho continue. Mesmo porque, como sugerem Codo e Gazzotti (2003), é o reconhecimento que permite o retorno do investimento afetivo mesmo que esse retorno nunca seja completo.

Mas, o reconhecimento do trabalho nas suas duas modalidades, a utilidade e a beleza, podem conviver com a desconsideração das necessidades da pessoa e com o desrespeito aos direitos do trabalhador. Aliás, essa desconsideração permite que se usufrua sem limites os benefícios dos bons serviços prestados, sem que seja necessário se preocupar com o bem-estar do trabalhador e com os limites da jornada de trabalho. De qualquer maneira, embora imprescindíveis, o respeito e a consideração pessoal não substituem o reconhecimento pelo trabalho. Dessa maneira, o que se pode concluir a partir do que foi visto é que nos serviços domésticos, o reconhecimento é importante tanto quanto em outras ocupações profissionais e suas especificidades devem ser consideradas tanto quanto as de qualquer outra ocupação.

Conclusão

O trabalho doméstico, desprovido de uma sistemática formal de prescrição, parece revestir-se de uma inteligência que tem raiz no corpo, nas percepções e na intuição sensível: uma inteligência astuciosa em que para a atividade que exige ajustamentos das relações entre as prescrições das tarefas e os empecilhos impostos pela organização do trabalho. Tal inteligência

parece ser originada na experiência real do trabalhador e na sua concepção sobre a atividade (Dejours, 1993).

O modelo dessa inteligência da prática, assim designada e estudada em psicodinâmica do trabalho, é inspirado numa divindade da Grécia Antiga chamada *mètis*. Esta tem por objetivo alcançar a eficácia prática na relação da pessoa com a realidade.

Age com eficácia e liberdade, utiliza-se dos instrumentos possíveis em cada situação, analisando o contexto, enganando a percepção, utilizando-se da física, utilizando-se dos dribles e blefes necessários para chegar ao seu objetivo. Ou seja, é a inteligência do imprevisto, da inventividade, da busca de soluções. Embrenha-se por caminhos insólitos, em situações inéditas. Trata-se de ‘uma inteligência astuciosa’ (Dejours, 2012, p. 42).

Tendo a inteligência como foco de análise para a clínica do trabalho, Dejours se debruça sobre a capacidade humana no entendimento da relação do sujeito com o trabalho (Dejours, 2012). Porém, nessa relação, o que interessa para o autor é a “propriedade emergente” que resulta da interação entre a habilidade técnica e a superação dos obstáculos que se apresentam à tarefa. Dessa maneira, não se trata apenas de uma inteligência puramente cognitiva, mas de uma inteligência também do corpo.

Há um saber-fazer informal onde se situa o trabalho doméstico, no modo de fazer de cada uma das trabalhadoras domésticas: como tirar manchas diversas de tecidos, como retirar as escamas dos mais variados tipos de peixes, como retirar o mofo de guarda-roupas, como passar a ferro os mais variados tipos de tecidos, as diversas limpezas, os esquemas de faxina, o controle do pó, o brilho no chão e nos móveis etc. Esse saber investido na atividade cotidiana das domésticas pouco é estudado como um conhecimento autêntico, uma vez que ele não se sustenta em parâmetros técnicos ou científicos. Permanece como um conhecimento suposto, impreciso, pessoal e irrelevante.

Parte dessa frivolidade, como é considerado esse conhecimento, parece vir do fato de que a experiência por si só não traz valor a essas trabalhadoras, porque emerge de uma atividade desprestigiada socialmente. Segundo Dejours, “a *métis* só se revela plenamente em um jogo sutil de subversão das prescrições” (Dejours, 2012, p. 55). Ousamos dizer que no trabalho doméstico,

a *métis* é o trabalho por excelência, é a competência realizando-se. Competência está “indissociável ao contexto de sua realização” (Dejours, 2012, p. 55), porque se impõe a todo momento do trabalho, principalmente do trabalho sem prescrição formal.

Este estudo teórico tem um caráter inicial, provisório e parcial sobre o trabalho doméstico. Assim, foi possível adentrar, parcialmente, nos obstáculos da atividade de trabalhadoras domésticas, desde o ponto de vista da divisão social e sexual do trabalho, incluindo as mudanças na legislação do trabalho, até os dilemas confrontados à prova do real desse segmento de trabalhadoras.

Do ponto de vista das condições e organização do trabalho, o desafio principal situa-se na ausência de fiscalização do trabalho. A particularidade de um ambiente ser ao mesmo tempo lar de uns e trabalho de outro, nos instiga a buscar meios de repensar esses e outros conceitos, em princípio elaborados para um tipo de trabalho dito “produtivo”, realizado muitas vezes, em coletivo de trabalhadores. Pautar essas relações contribuirá para a ampliação dos debates sobre os estudos do trabalho e a visibilização do trabalho reprodutivo remunerado. Numa situação de trabalho sem prescrição formalizada, técnicas reconhecidas, sem proteção específica, a subjetividade mobilizada nos arranjos e rearranjos na luta contra o sofrimento, as trabalhadoras, fazendo uso de uma inteligência enraizada no corpo ou uma inteligência da prática, criam suas estratégias individuais para lidar com o real.

Essas e outras questões surgem e surgirão ao nos debruçarmos analiticamente sobre o trabalho doméstico remunerado. Empoderamentos conceituais e práticos são importantes de serem levantados, visto o profuso contingente de trabalhadoras desprovidas de elementos importantes tanto da compreensão adequada no que diz respeito aos estudos do trabalho, quanto da elaboração de políticas e práticas sociais que resultem na garantia de direitos não apenas como trabalhadoras, mas também e principalmente enquanto cidadãs.

O momento atual no Brasil, de desproteção dos direitos trabalhistas a partir da “reforma” aprovada e inaugurada ao final do ano de 2017, nos lança mais desafios no que concerne às relações entre o trabalho, os direitos, à seguridade social e a saúde. O trabalho doméstico, como relatado

neste artigo, tem um histórico de negação de direitos e cidadania. As conquistas nos últimos anos são meritosas da luta histórica do movimento das trabalhadoras domésticas (impulsionada e integrada pelo movimento feminista) que, a partir da sindicalização e dos trabalhos de base nas comunidades, têm conseguido minimamente garantir proteções e reconhecimento.

A atual alteração nas leis trabalhistas no Brasil prejudicará, certamente, toda a classe trabalhadora. A categoria das trabalhadoras domésticas será atingida fortemente por estar ainda em momento de solidificar e fortalecer seus direitos e seu reconhecimento.

Referências Bibliográficas

- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M. & Maciel, M. (2020). *Trabalho feminino: uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho*. Psicologia: Teoria e Pesquisa.
- Araújo, R. C. (2017). *Relação entre sofrimento psíquico e organização do trabalho em professores de uma escola estadual*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6039695.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. A. Rego & A. Pinheiro, Trads). Lisboa: Edições 70.
- Brito, J. (2006). *Trabalho prescrito e trabalho real*. Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro.
- Brito, J. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(1), 195-204.
- Brito, J., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S. & Rotenberg, L. (2014). *Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França*. *Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 589-605
- Cardoso, I. I., Guimarães, s. M. F. (2019). *Vivências e narrativas de trabalhadoras domésticas diaristas*. *Revista de ciências sociais - política & trabalho*, 1(49), 205–226.
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.35232>
- Coutinho, M.C. (2013). *Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas*. *Universitas psychologica*. 12(4): 1127-1140.
- Coutinho, M. C., D'Avila, G. T., Maders, T. R., & Morais, M. (2018). *Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana*. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21(1), 87- 101. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>

- Dejours, C. (2017). *Loucura e trabalho: da análise etiológica às contradições teóricas (acerca de uma crise asmática)*. Em C. Dejours (Ed.). *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos* (pp. 19-42). Dublinense.
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social* (7th ed.). Fundação Getúlio Vargas Editora.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo. Sexualidade e trabalho* (1). Paralelo 15. Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli. & C. Jayet. (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 119-145). Atlas.
- Ferreira, C. N. L. Zerbetto, S. R., Gonçalves, A. M. S, Briones-Vozmediano, E., Ronda, E., Galon, T. (2020). *Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde*. *Texto Contexto Enfermagem*. [Internet]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0375>
- Fraga, A. B. (2013). *De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Mendes, A. M. & Araújo, L. K. R. (2012). *Clínica psicodinâmica do trabalho*. O sujeito em ação. Juruá Editora.
- Mendes, A. M. (2007). *Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho*. In A.M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa* (pp. 16-30). Casa do Psicólogo.
- Molinier, P. (2013). *O trabalho e a psique*. Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Paralelo 15.
- Molinier, P. (2004). *Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar*. 1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26.

- Nogueira, S. T. O. & Brasil, K. T. R. (2013). *O lugar do reconhecimento no trabalho docente*. Revista Exitus, 3(2), 93-107.
- Santana, V. S., Amorim, A. V., Oliveira, R., Xavier, S., Iriart, J., Belitardo, L. (2003). *Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais*. Revista de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Santos, V. Rodrigues, I. O. e Galvaan, R. (2019). “*Não foi isso que planejei para minha vida*”. *Ocupações de empregadas domésticas que moram no local de trabalho*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. v. 27, n. 3, pp. 467-479. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO18>
- Vasconcelos, A. C. L. (2017) *Situação de trabalho docente no Instituto de Computação de uma Universidade Pública Federal: debate de normas e dimensionamento de valores do bem comum*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viawTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5579412.

ESTUDO III

A contradição das relações de trabalho entre patroas e empregadas domésticas

Resumo

O presente estudo teve como objetivo evidenciar, por meio de entrevistas semiestruturadas, como se configuram as relações de trabalho entre patrões e empregadas domésticas. Foram entrevistadas 5 mulheres, com idade entre 25 e 55 anos e tempo de serviço entre 4 e 34 anos. As entrevistas semiestruturadas foram analisadas seguindo os preceitos da Análise de Núcleo de Sentido de Mendes (2002), em que prioriza os aspectos reais e simbólicos da interação dessas trabalhadoras com o seu contexto de trabalho. Nos serviços domésticos a relação entre patrões e empregados é influenciada pelo contexto em que esses serviços acontecem: o espaço privado da casa. Muitos dos conflitos que fazem parte dos serviços domésticos, principalmente no que se refere às relações entre patrões e empregados têm sua origem ligada a esse contexto. Como nos serviços domésticos a instituição empregadora é a própria família, cliente e patrão coincidem de uma forma que pode ser problemática. Nos serviços domésticos, as relações são sempre imediatas e principalmente quando o trabalho é na mesma residência todos os dias, a proximidade, a intimidade e a dependência criam um cenário propício para as ambiguidades e os conflitos afetivos que são, sem a menor dúvida, a grande temática dos estudos sobre a categoria, daí a relação de amor e ódio que marca a profissão e que vem sendo associada à relação de dominação-servidão.

Abstract

This study aimed to demonstrate, through semi-structured interviews, how the work relations between employers and domestic workers are configured. 5 women were interviewed, aged between 25 and 55 years and service time between 4 and 34 years. The semi-structured interviews were analyzed following the precepts of the Analysis of the Nucleus of Sense by Mendes (2002), which prioritizes the real and symbolic aspects of the interaction of these workers with their work context. In domestic services, the relationship between employers and employees is influenced by the context in which these services take place: the private space of the house. Many of the conflicts that are part of domestic services, especially with regard to the relationship between employers and employees, have their origin linked to this context. As in domestic services the employing institution is the family itself, client and employer coincide in a way that can be problematic. In domestic services, relationships are always immediate and especially when work is done in the same house every day, proximity, intimacy and dependence create a propitious scenario for the ambiguities and affective conflicts that are, without a doubt, the major theme of studies on the category, hence the love-hate relationship that marks the profession and which has been associated with the relationship of domination-servitude.

Introdução

“*É como se ela fosse da família*”. Quantas vezes já se ouviu esta expressão, recorrentemente utilizada por patroas e empregadoras – como são conhecidas as mulheres que geralmente contratam as empregadas domésticas – e por seus familiares ao se referirem a estas mulheres que executam os cuidados do lar? Expressão comumente utilizada para mencionar a ocupação de quase 6 milhões de mulheres brasileiras, contingente que equivale à população da Dinamarca (PNAD, 2020).

Lélia Gonzalez (2018) aponta que o desenvolvimento econômico brasileiro é pautado em um modelo conservador e excludente de modernização, que deixa à margem do sistema uma gama de pessoas fadadas ao desemprego ou ao subemprego. As trabalhadoras domésticas, como tantas outras mulheres negras, representam uma grande parcela dessa massa subalternizada e, como salienta a autora, existe uma articulação entre sexismo e racismo que, no Brasil, funciona como um dos operadores simbólicos do modo como as mulheres negras e nordestinas são vistas e tratadas.

É deste modo que o trabalho da mulher negra é comumente associado a ocupações domésticas informais ou pouco valoradas. Existe no imaginário brasileiro um estereótipo que associa a mulher negra a funções subalternas. Tal condição subalterna é naturalizada socialmente e passa a ser comum ver estas mulheres negras desempenhando atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar etc., afinal, esta ocupação estaria de acordo com as habilidades típicas das mulheres. Este imaginário foi historicamente construído e ancorado na “naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente” (Biroli, 2018, p. 42).

O maior representante desse trabalho desvalorizado e mal remunerado é o trabalho doméstico. Este termo – “trabalho doméstico” – remete a dois tipos de trabalho: aquele realizado gratuitamente e que é considerado aptidão e dever “naturais” de toda e qualquer mulher; e o trabalho doméstico referente à ocupação denominada “empregada doméstica”, exercida mediante contratação (formal ou não) e remuneração, no domicílio de terceiros, que geralmente, também são mulheres (Santos, 2019). Trata-se de uma atividade considerada de baixo valor econômico e social

e de certa invisibilidade no mundo do trabalho. Isso se dá ao fato, de ser uma atividade desempenhada majoritariamente por mulheres.

Os dois tipos de trabalho doméstico mencionados – o não remunerado e o remunerado – compõem o que se tem designado como “trabalho reprodutivo”, em oposição ao “trabalho produtivo”, aquele do mercado de trabalho, gerador de valor econômico, feito por homens e para homens. Designa-se “reprodutivo” porque o modo de produção capitalista, segundo Christine Delphy (2011), coexiste com outro modo de produção, que é o modo de produção doméstico. É nele que a força de trabalho se reproduz e se disponibiliza ao mercado. Para esta autora, as relações sociais que definem o trabalho assalariado, também define o trabalho doméstico. Este, neutralizado na aparência do “natural” permanece invisível e sem as tensões necessárias nessas relações, recaindo sua sustentação na subordinação das mulheres.

O trabalho reprodutivo, a partir da perspectiva aqui adotada, funciona como sustentador do trabalho produtivo, uma vez que não há reprodução da vida fora do doméstico, na configuração cultural habitual de capital & trabalho, propriedade privada, família nuclear, matrimônio etc. Relações sociais que impelem o trabalho reprodutivo a ser historicamente desconsiderado como trabalho em si, relegado às relações “naturais” e à gratuidade.

A “naturalização” do trabalho doméstico como uma habilidade intrínseca feminina, além da pertinência econômica no barateamento da força de trabalho das mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas, coloca o trabalho doméstico entre os piores índices das desigualdades e desvantagens sociais, como veremos adiante. Um trabalho que, embora seja fundamental para o funcionamento e manutenção da vida e do mercado de trabalho, é invisibilizado e considerado de pouco ou nenhum valor associado à cadeia produtiva.

Mesmo que de um modo geral se fale em “trabalhadoras domésticas”, as situações de trabalho são bastante heterogêneas, partindo desde o ainda existente trabalho sem nenhuma remuneração (muitas vezes infantil), passando pela mensalista residente (a que dorme no domicílio de trabalho), ou mensalista não residente, chegando às chamadas “diaristas” (que trabalham

autonomamente em mais de um domicílio). O trabalho doméstico é uma nítida experiência para se falar de “divisão sexual do trabalho”, porém, o trabalho doméstico possui a peculiaridade de ser outra divisão do trabalho que se estabelece entre mulheres de diferentes classes (Ávila, 2019).

Em nossa realidade social, quando uma mulher exerce trabalho “fora de casa”, no mercado de trabalho produtivo, outra ou outras mulheres permanecem em suas residências para exercerem o trabalho doméstico. E é esse fator que demarca a relação dessas mulheres, ancoradas pela assimetria e pelo distanciamento afetivo, colocando trabalhadoras domésticas num lugar subalternizado, de menor-valia. Daí parte o objetivo deste trabalho, que irá abordar as relações de trabalho de patroas e domésticas.

Método

Participantes

A pesquisa contou com a participação de 5 (cinco) mulheres inseridas no trabalho doméstico remunerado, com idade média de 35 a 40 anos e com baixa escolaridade, variando de ensino fundamental incompleto ao ensino médio incompleto. Das entrevistadas, 2 (duas) são casadas e 3 (três) estavam em união estável. Todas as participantes são mães.

Dentre a amostra de pesquisa 4 (quatro) delas são mulheres nordestinas, que se autodeclaram parda, e que vieram para Brasília em busca de trabalho e estudo. A amostra dos sujeitos foi ancorada no método “Bola de neve”, onde uma trabalhadora indica colegas de trabalho para participação da pesquisa.

Tabela 5. Dados sociodemográficos de trabalhadoras domésticas

Participante	Raça	Escolaridade	Local de Nascimento	Tipo de trabalho doméstico	Tempo de profissão
Participante 1	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	São Mamede – Piauí	Mensalista	22 anos

Participante 2	Parda	Ensino Fundamental Incompleto	Ceará-Mirim – Rio Grande do Norte	Mensalista	12 anos
Participante 3	Negra	Ensino Fundamental Incompleto	Belém - Pará	Diarista	21 anos
Participante 4	Negra	Ensino Médio Incompleto	Picos - Piauí	Mensalista	17 anos
Participante 5	Branca	Ensino Médio incompleto	Brasília (DF)	Mensalista	18 anos

Instrumento de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários sociodemográficos com objetivo de delimitar o perfil de cada participante; e entrevistas semiestruturadas (ANEXO I), que foram conduzidas de acordo com roteiro previamente estabelecido em um eixo temático de análise com base nos objetivos da pesquisa, e que buscaram investigar como se dá as relações de trabalho entre domésticas e seus patrões.

Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram aplicadas com duração média de 40 minutos a 1 hora e meia, sendo conduzidas de forma aberta e permitindo-se que as participantes expressassem livremente suas opiniões sobre as experiências em face do trabalho doméstico. Essas temáticas buscaram investigar o contexto do trabalho doméstico sob o viés das relações de trabalho que são idealizadas por trabalhadoras domésticas e seus patrões (e em seu espaço privado).

Instrumento de análise de dados

As entrevistas foram tratadas qualitativamente com base na técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), apresentada por Mendes (2007), que se baseia na análise de conteúdo categorial de Bardin (1988), em que prioriza os aspectos reais e simbólicos da interação dessas trabalhadoras com o seu contexto de trabalho. Desta forma o objetivo é obter o conteúdo das mensagens, que permitirá a inferência de conhecimentos relativos à produção de variáveis que serão analisados por categorias temáticas. Pressupõe ainda, o desenvolvimento das seguintes etapas operacionais: a

constituição do corpus; leitura flutuante do material coletado; composição das unidades de análise; categorização e descrição das categorias.

Resultados

“Eu sou mesmo da família?”: relações de trabalho baseadas na assimetria patroa e empregada

Nos serviços domésticos a relação entre patrões e empregados é influenciada pelo contexto em que esses serviços acontecem: o espaço privado da casa. Muitos dos conflitos que fazem parte dos serviços domésticos, principalmente no que se refere às relações entre patrões e empregados têm sua origem ligada a esse contexto. Como nos serviços domésticos a instituição empregadora é a própria família, cliente e patrão coincidem de uma forma que pode ser problemática. Nos serviços domésticos, as relações são sempre imediatas e principalmente quando o trabalho é na mesma residência todos os dias, a proximidade, a intimidade e a dependência criam um cenário propício para as ambiguidades e os conflitos afetivos que são, sem a menor dúvida, a grande temática dos estudos sobre a categoria, daí a relação de amor e ódio que marca a profissão e que vem sendo associada à relação de dominação-servidão (Saffioti, 1978).

Fala 1: *“Eu sinto que sou tratada de uma forma diferente, porque pobre não tem lugar num mundo que só se importa com dinheiro e eu sinto que nunca vai mudar, por que eu estou lá pra trabalhar sabe? Mas nem todo mundo sente que é assim, sente que a gente é escrava, que não tem direito de descansar, de comer, de ter tempo pra arrumar a unha, e tem patrão que finge que gosta da gente, mas não gosta, eles gostam do trabalho, da casa deles limpinha e esquece que tem uma pessoa ali, então é isso”.*

Fala 2: *“Ah... eu gosto muito né, gosto muito deles, eles me tratam muito bem. Eu gosto muito né. [...] Todos me tratam muito bem! Conversam né... igual na Solange às vezes ela até me atrapalha de tanto que ela quer conversar. [...] Ai tem a Ellen também que gosta de conversar bastante só que logo ela sai, o Lucas também conversa um pouco, então, são pessoas assim né sempre dá atenção, conversa um pouco. [...] Quais as diferenças? Eu acho que eles têm assim, mais instrução do que*

eu, estudou né. Tipo, amigos, né. Família até que não, mas tipo amigos. [...] Mas claro, não é todo dia né, depende muito do humor da pessoas, as vezes ela não tá bem, e a gente como empregada precisa entender isso, ai quando está de mal humor eu não chego nem perto, só quando ela precisa desabafar ai eu preciso ouvir, até atrapalha meu serviço, mas não tem problema, eu sinto que ela confia em mim”.

As ligações afetivas entre patrões e empregados e os conflitos nos serviços domésticos são estimulados pela própria dinâmica de realização dos serviços que coloca o trabalhador doméstico em contato direto com a intimidade dos seus patrões. A esse respeito Lima & Toledo (2020) fala da maneira como o empregado doméstico participa da vida privada dos patrões, sem, no entanto, fazer parte da família como um membro efetivo. Por estar dentro de casa, o empregado doméstico acompanha direta ou indiretamente os patrões fora das convenções impostas pela vida pública, nas atividades mais cotidianas e íntimas como a higiene, a alimentação e o repouso.

Fala 1: *“Esses dias eu fui limpar o quarto dela, e ela estava na cama, deu um grito, e eu aprendi que nunca mais devo entrar no quarto dela antes que ela levante porque essas coisas só acontecem uma vez né [...] final de semana mesmo ela fica na cama até meio-dia, então eu só posso arrumar os quartos quando todos eles saem, o engraçado é que o pão eu tenho que comprar 6h da manhã, porque se der na telha dela acordar mais cedo, ai de mim se não tiver tudo pronto”.*

Fala 2: *“Esses dias eu achei que o patrão tinha saído pra trabalhar, e ele não tinha, quando eu entrei no banheiro pra lavar, ele estava lá escovando os dentes, eu fiquei morrendo de vergonha, porque ele podia estar fazendo outras coisas, mas eles não podem nem dizer que saíram né, é como se a gente tivesse obrigação de saber, tivesse uma bola de cristal, né, e a gente não tem [...] então a gente faz parte da rotina deles, né, eu sei o que gosta de comer, o que não gosta, eu conheço as calcinhas dela, sei das brigas, eles brigam na minha frente quando brigam, é difícil porque muitas vezes eu fico com vergonha, uma vez eu tive que sair do apartamento porque senti que eles não iam gostar que eu tivesse ouvindo”.*

Nos serviços domésticos remunerados a situação pode ser mais constrangedora, porque se trata de uma outra pessoa que é incluída na casa, com outros hábitos e costumes. Essa situação pode despertar desconfianças, insegurança e constrangimentos tanto para patrões quanto para empregados.

Fala 1: *“É tudo muito complicado, às vezes eu sinto que ela tem ciúmes de mim com a filha dela, porque eu cuidei da neném desde pequena, e ela é muito apegada em mim, então é meio ruim de dizer isso, mas ela me trata como mãe e filha, e eu sinto que ela se incomoda com isso, mas não tem o que eu fazer, eu sempre trato ela do melhor jeito, porque se for pensar muito também é o meu trabalho, não tem o que fazer pensando nisso”*.

Brites (2014) fala da relação entre empregadas domésticas e patroas como uma relação sempre instável, cujo equilíbrio depende de constante negociação para ser mantido. Trata-se, segundo a autora, do convívio de inimigas que têm que se suportar e cujo confronto está sempre pronto a explodir. Entre os motivos das dificuldades de convivência estão as diferenças de valores, de hábitos, de comportamento e de maneira de pensar. Isso porque o trabalho doméstico reúne, por necessidade, pessoas muito diferentes no mesmo espaço, obrigando uma convivência que pode ocorrer a contragosto de ambas as partes.

Fala 1: *“A nossa relação é muito estranha, as vezes eu não sei nem muito bem o que fazer, porque quando ela acorda estressada, é melhor sair debaixo, e duas mulheres de tpm não é fácil, e é engraçado que às vezes, até menstruar junto a gente menstrua. [...] tem dia que a gente parece irmã, mas tem dia que a gente não dá certo nenhum, e eu só fico de longe olhando porque ela é minha chefe, mas não quer dizer que ela mande em mim”*.

Fala 2: *“ué, eu quando sei que eles não estão bem, eu sempre vou fazer minhas coisas da cozinha pra fora, porque eu sei que sobra ainda pra mim, então eu me viro pra fazer minhas coisas, lavar roupa, passar roupa, lavar roupa, lavar a área, qualquer coisa que me deixa distante de problema, porque querendo ou não, a gente sabe de tudo da vida deles, e eles acabam sabendo da nossa, mas nem deveria né? [...] Então, esses problemas quando*

mistura é ruim, porque eles ficam estranhos com a gente, e a gente nem sabe por que, o bom é que eu sei dividir as coisas, e eu não me estresso, mas eu tenho amiga que já saiu até nos tapas com a patroa que era folgada, então eu tento o máximo não ter problema, pra respeitar a minha chefe”.

Para Nunes (1993) o confronto entre empregadas e patroas envolve o empregador tentando modelar a doméstica para atender às suas necessidades no espaço privado e está tentando existir enquanto pessoa. Para essa autora a história pessoal das domésticas, ou seja, sua subjetividade, é constantemente impedida de se manifestar nos serviços domésticos, como parte de um esforço para tornar a empregada doméstica invisível. Nunes fala em rituais quotidianos para apagar a subjetividade da empregada, como parte do esforço para neutralizar a empregada enquanto sujeito.

Fala 1: *“Claro que cada patrão tem sua personalidade, e cada um gosta de uma coisa, tinha um que gostava de leite quente com toddy de manhã todos os dias, aí eu acordava ele pra ir no trabalho, e tinha que estar tudo arrumado, até a camisa de vestir eu que tinha que escolher, ele falava que eu tinha bom gosto, e a esposa dele dondoca ficava só de boa [...] a gente se acostuma com eles, tanto que eu já sabia que nunca podia pedir pra fazer compra no meio de semana mesmo se precisasse, porque a patroa não gostava de ir no mercado mas também não me dava dinheiro, não sei porquê”.*

Fala 2: *“Eu já estava acostumada que tinha que trabalhar sem nada, porque ela não gostava que eu pedisse as coisas, parece que quanto mais dinheiro tem uma pessoa mais murrinha ela é, aí eu pedia as coisas, e ela queria conferir as coisas, como se parecesse que eu tinha roubado ou jogado fora, mas eu gostava de usar as coisas porque queria deixar tudo limpo e bonito, mas parece que ela não entende de jeito nenhum, então você vai parando de pedir pra ninguém encher seu saco”.*

Fala 3: *“a gente aprende a tratar o patrão logo cedo, minha mãe falava que ‘quem não puxa saco puxa caroça’, e eu sempre agi assim, porque não adianta bater boca com o patrão porque ele sempre vai ter razão, sempre”.*

Fala 4: *“Eu nunca, nunca, nunca gostei de usar aspirador de pó, mas como na casa dela tinha muito tapete, muita coisa que junta pó, eu era obrigada a usar, num dia esse aspirador de pó estragou, ela fazia eu toda semana lavar a maioria dos tapetes à mão como se eu tivesse estragado o negócio dela, mas ele só estava velho, e eu ainda levei a culpa [...] eu nunca falei nada sobre isso, nunca nem reclamei, mesmo que depois disso eu perdi toda a consideração sobre ela, mas a gente tem que perdoar, porque se não a gente fica com raiva de uma pessoa e ela nem sabe”*.

Dessa maneira, o trabalho doméstico é altamente ligado à condição servil, o que implica no apagamento da própria existência, dos desejos pessoais, a subjetividade para deixar que apenas a vontade do outro tenha lugar. A abnegação e a desistência de uma vida própria era condição para esses serviços. A ausência de compromissos pessoais e de uma rede afetiva própria parece ainda valorizada no mercado.

Fala 1: *“É... são! O meu filho mais novo tem 23 anos. É, sim! É... foi a minha mãe e o meu pai. Eles me ajudam muito, né. Quando os meus dois filhos mais velhos eram crianças, eles me ajudou muito... ficando com eles, pra eu trabalhar, né [...] E o meu mais novo... minha cunhada também ajudou muito... cuidando dele. [...] Não... o meu filho mais novo... agora tá aqui em casa, porque ele também estava em Brasília, né. Ele teve, assim, um problema de depressão. Aí ele voltou e tá aqui em casa [...] eu acabei tendo que deixar meu filho um pouco de canto, porque precisava de cuidar do filho de outra mulher para ganhar dinheiro, mas isso é a vida, se não fosse meu trabalho, a gente não tinha uma casa para morar”*.

Fala 2: *“Pra você trabalhar de empregada eles sempre vão, sempre preferem as empregadas mais novinhas, porque elas têm mais medo de perder o emprego e não tem um emprego que contrata sem estudo, e sem experiência, eu mesma vim pra Brasília quando tinha 14 anos trabalhar na casa da tia dos meus filhos, porque ela foi minha cunhada, mas eles com certeza preferem mais novinha porque fica mais fácil de domar né?”*.

Não ter filhos, poder dormir no emprego, são requisitos, por vezes, exigidos ou pelo menos desejados por alguns patrões, quando buscam uma trabalhadora doméstica. Mesmo a escassa rede de apoio, ou de vínculos externos não seja uma exigência imposta e nem mesmo sugerida, pode haver simplesmente um aproveitamento da fragilidade, por meio da preferência por trabalhadoras solteiras e sem filhos que, como decorrência dessa condição, se disponham ao trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva. Pessoas que se disponham a estender a jornada nos finais de semana, nos feriados, à noite.

Fala 1: *“Quando eu falei que estava grávida da Júlia, eles ficaram todos felizes, mas disseram que teríamos de ver como seria a minha vida já que eu não tinha carteira assinada, quando ela nasceu tive que com 4 meses deixar com minha mãe porque se não ficaria pior que já estava, sem dinheiro, comendo só arroz e feijão”*.

Fala 2: *“Hoje tá melhor mais antes, ninguém te contratava se não fosse pra dormir na casa deles, eu já trabalhei assim e era horrível, eles queria que eu trabalhasse 24h, não tinha hora pra dormir porque até mingau de madrugada eu tinha que fazer, e ainda não tinha privacidade [...] meu namorado não aceitou, a gente terminou com 8 meses de namoro, eu sentia saudade dele mas não podia nem ir ver ele porque não tinha tempo [...] eu só tinha tempo para os patrões”*.

Embora essas condições aconteçam menos em grandes centros urbanos e mais no interior do país, a exigência de trabalhadores que morem na casa dos patrões, que durmam no emprego, e que permaneçam à disposição, mesmo depois da jornada diária, ainda existe. Dessa maneira, apesar das mudanças nas condições do emprego doméstico e da situação atual dos empregados, que não se configuram mais legitimamente como propriedade dos patrões, prescindir da vida pessoal ainda pode ser um requisito para essa ocupação.

O fato de ser o trabalho doméstico uma ocupação solitária por não envolver colegas de trabalho como outras ocupações profissionais agrava ainda mais essa situação. Saffioti (1978) fala, inclusive, da solidão como um dos dramas desse tipo de ocupação, pois se trata de uma categoria de

trabalhadoras que trabalham em isolamento, sem um grupo de trabalho ao qual se integrar, aumentando a dependência dos patrões, inclusive a dependência afetiva.

Fala 1: *“Quando dormia no trabalho, vivia a vida deles, sabe? Não tinha tempo e nem podia fazer nada por mim, nem tempo de maquiagem eu tinha, nem tempo de sair eu tinha, te falei que eu perdi meu namorado, e eu gostava tanto dele [...] Mas eu fiz uma amiga, no condomínio, era outra empregada, a gente saía para levar as crianças no parquinho lá na praça, e aproveitava pra gente conversar, pra falar mal das patroas, a gente conversa até hoje pelo WhatsApp, ela ainda está na casa da mesma família, eu tenho um pouco de dó dela, já deve ter uns 6 anos isso”*.

Fala 2: *“Quase não tenho com outras empregadas domésticas, e que hoje quase ninguém quer trabalhar como empregada doméstica, né [...] Só quem já tá mais de idade na área, porque as outras conseguem fazer um curso, alguma coisa e já vai pra outra coisa, então quase não tenho e nem conheço outra doméstica, até porque as pessoas têm vergonha de dizer que são”*.

Prost (1992) já havia chamado atenção para essa situação. Esse autor considera que a força do apego dos criados aos senhores e seus filhos tende a ser tanto maior quanto menos relações afetivas próprias eles possuem. A falta de vínculos próprios e mesmo de um grupo de trabalho pode aumentar a necessidade de ser considerado da família, potencializando a confusão nas relações afetivas nos serviços domésticos. Dessa maneira, mesmo atualmente, a dependência dos patrões, tanto afetiva quanto material, pode ser muito maior nos serviços domésticos que em outros tipos de trabalho.

Fala 1: *“teve um tempo que as únicas pessoas que eu via era ela e os meninos, então a gente fica dependendo deles, então a gente acha que é a nossa família, e não é [...] uma vez ela não trouxe açaí pra mim, e eu chorei foi muito, eu já tinha comprado pra ela, porque sabia que ela amava, mas nunca ninguém lembra da gente, então eu deixei de escanteio e parei de ser besta, de ficar mendigando amor dos outros, ainda mais assim”*.

A dependência material devido à precariedade do emprego doméstico e à falta de seguridade social e a dependência psicológica porque o próprio trabalho doméstico pode contribuir, dependendo das condições em que ele acontece, para o empobrecimento das ligações externas. Para Ávila e Fernandes (2019) discutem que quanto mais um indivíduo é dependente de seu local de trabalho para satisfazer as suas necessidades fundamentais, sejam físicas ou psíquicas, mais ele investe emocionalmente na hierarquia. Se o trabalhador se sente em condições de mudar de emprego e de satisfazer suas necessidades em outro lugar e de outra maneira fica emocionalmente mais livre da hierarquia. Nesse caso só é preso pelo contrato de trabalho-seguridade que pode ser desfeito assim que for conveniente.

Fala 1: *“Porque a gente é pobre que a gente se sujeita muitas vezes, com medo de perder o emprego, de ficar sem dinheiro, só que a gente sabe que não precisa disso. Não precisa mesmo porque tem muito lugar que a gente pode trabalhar, muita casa que precisa da gente, só que é difícil encontrar uma boa, tem patrão que é ruim demais, que não gosta de ajudar, que vê e trata a gente diferente”*.

Fala 2: *“Eles querem uma escrava, querem uma empregada, mas não quer pagar, aí fica difícil”*.

A dependência direta, por outro lado, envolve o espaço, os gestos, o corpo, as emoções, as relações afetivas. É por isso que Lopez (2018) considera que a ausência de uma cidadania social mínima contribui para que as empregadas fiquem extremamente dependentes dos seus patrões. É por meio de favores pessoais e não por direito estabelecido em lei que as empregadas podem ter satisfeitas muitas de suas necessidades. Daí a pessoalidade, o personalismo ou paternalismo que marca as relações entre patrões e empregados nos serviços domésticos remunerados.

Fala 1: *“Eu tinha uma amiga que falava que quanto mais tempo você fica numa casa, trabalhando lá, né? Mais tempo você vai ficar lá, e é verdade, a gente não sai mais de lá, eu mesmo fiquei 8 anos na casa da minha última patroa, e eu jurava que não tinha condições*

de sair de lá, e outra, você se acostuma com a rotina, com a pessoa, já sabe mais ou menos o que ela quer, aí só de pensar em ir trabalhar na casa de outra pessoa, você já fica cansada, só de pensar, porque até você descobrir os gostos, aprender o que a pessoa gosta, e até ela gostar de você também, demora demais, é difícil, e eu acho que por isso, muita gente não sai, sabe?”.

Sobre o paternalismo, Prost (1992) lembra que essa era uma atitude natural quando o contrato de trabalho era de ordem puramente privada mesmo entre os trabalhadores na produção para o mercado e não apenas nos serviços domésticos. Ser tratado com familiaridade, ser objeto de atenção, receber cuidados em caso de doença fazia parte do tratamento dos patrões aos empregados. Nesse contexto, muitos trabalhadores chegavam a sentir gratidão pelo patrão e o tinham em conta como benfeitores. Esse tipo de relação ocorria amplamente entre patrões e empregados, até o começo do século XX, quando o contrato de trabalho era de ordem privada e muitos ainda moravam em alojamentos fornecidos pelos patrões.

Fala 1: *“Não gosto de falar mal dela, porque assim, quando a Maria nasceu, ela deixou tudo tranquilo pra que eu pudesse cuidar dela, inclusive, deixava livre pra quando minha mãe não pudesse cuidar dela, uma vez ela ficou doente, e aí ela deixava eu levar, me deu roupinha das amigas dela, dava presente, mamadeira, cobertor, deu o enxoval, então assim, nesse aspecto eu não posso falar nada, nada mesmo, nem reclamar que ela é muito humana”.*

Fala 2: *“Eu já precisei muito deles, uma vez eu fiquei doente, ele até adiantou o salário pra que eu pudesse pagar as contas da farmácia, e eu fiquei de cara, porque nem parente faz isso, ela me ligava todo dia pra saber como que eu tava, e eu dizia, porque assim, não é todo mundo né? Então era muito bom por isso”.*

Nesse sentido, os serviços domésticos remunerados ainda são campo propício para o paternalismo justamente porque estão no limite entre o público e o privado. Apesar de serem realizados como trabalho assalariado, ocupam o espaço doméstico e estão sucintos às normas da

vida privada. Para Jakubowic (1985) o paternalismo é um tipo de relação que se coloca no limite entre o trabalho e as emoções familiares, herdeiro e tributário das duas ordens ao mesmo para esse autor, não apenas nos serviços domésticos, mas em qualquer trabalho existe a confusão entre o público e o privado, principalmente nas relações entre patrões e empregados.

Fala 1: *“esse negócio de ‘ela é da família’ é muito estranho, eu não acho isso certo, porque quando o bicho pega, ou quando você precisa não tem patrão pra ajudar não, então como que fala que é da família [...] família é sagrado”*.

A falta de regulamentação, a ausência de fiscalização e o desinteresse da sociedade em razão dos serviços domésticos remunerados transforma esse contexto em poucas possibilidades de melhora nas condições de trabalho em uma concessão dos patrões ou uma conquista pessoal. Além disso, a falta de mediação externa nos conflitos que acontecem no espaço privado aumenta ainda mais a importância da relação entre patrões e empregados para o encaminhamento das decisões.

Fala 1: *“Tem hora P., que a gente esquece que a gente só é empregada ali, e que a gente tá ali só pra arrumar a casa dos patrões, quando a gente vê tá cuidando de menino, brigando por conta dos filhos dos outros [...] ouvindo a patroa falar do casamento deles, sendo que, quê que eu tenho a ver com isso, aí a gente fica sobrecarregada, por conta de problema dos outros, e a gente nem é paga pra isso, eu não sou nem psicóloga que nem você”*.

Nos serviços domésticos, onde as relações são muito menos formalizadas, a passagem da posição de prestador de serviços para a posição servil pode acontecer a qualquer momento sendo motivo para disputas, resistências e conflitos. Para Dejours (2004), a relação dominação-servidão é parte inexpugnável das relações sociais domésticas. São as ligações afetivas na família que permitem a apropriação do espaço, do tempo e do corpo das pessoas, necessita para a realização das tarefas da casa. O autor fala de um contrato implícito entre os membros da família cuja base são as ligações afetivas que permite esse tipo de apropriação.

Nos serviços domésticos remunerados, o paternalismo ou o personalismo cria as condições para esse contrato implícito, cuja base é afetiva e que define obrigações de proteção e servidão entre

patrões e empregados. Os atos que extrapolam a relação contratual, tendo como base o envolvimento direto entre as pessoas provocam, segundo Fleischer (2000), ambiguidade de sentimentos entre patrões e empregados. Isso porque, o personalismo, por um lado, humaniza a relação, fazendo com que a doméstica não seja apenas 'um corpo que limpa', mas pode também ser condição para a exploração, a dominação e a manipulação do trabalhador.

Fala 1: *“Ela dizia que eu era como uma irmã pra ela, mas sempre que tinha um problema, que na maioria das vezes não tinha nada a ver comigo, era em mim que ela descontava as raivas, eu ficava só pensando nisso, como que pode né? A pessoa diz que é sua irmã, mas quando tem a possibilidade de te maltratar ela nem pensa duas vezes”*.

O personalismo ou paternalismo substitui as relações estritamente profissionais entre patrões e trabalhadores, permitindo desconsiderar os limites e contornar as exigências de um autêntico contrato de trabalho. Dessa maneira, conversar, presentear, reconhecer, elogiar, compreender problemas pessoais pode ser ao mesmo tempo desejado e repellido pelos trabalhadores.

Fala 1: *“Todos os dias é a mesma coisa, e todo dia é reclamação do patrão, ele não enxerga o que você faz. Você muda os móveis de lugar, carrega peso, ele não vê que você limpou, que você se esforçou, que sofre, e não houve nenhum elogio só reclamação, e você ainda tem que ficar calada e chamar de ‘Senhora’ sem ela nem saber seu nome, ‘eu estou pagando para você fazer’ então é tudo isso que adocece a gente, e você escuta essas coisas e se dedica tanto, se esforça pra gostarem do seu serviço, sabe?”*.

Fala 2: *“Toda empregada doméstica tem uma história para falar sobre isso ‘eu pago você’, isso é muito humilhante, você sabe que está sendo paga para fazer, mas você não gosta de ouvir, ‘eu estou te pagando é sua obrigação fazer’, ninguém gosta de ouvir isso, é humilhante, hoje uma empregada doméstica também tem direitos”*.

Fleischer (2000) considera que a demanda e o gosto pelo que ela chama de personalismo não é característica de todas as trabalhadoras em serviços domésticos e nem de todos os patrões. Nos serviços domésticos, essa autora fala da existência de dois grupos com demandas diferentes:

um que valoriza o estilo pessoal e outro que valoriza o estilo profissional. A autora sugere que o ajustamento entre padrões e empregados nos serviços domésticos depende da coincidência entre os estilos.

Porém, o que é visto na realidade dessas trabalhadoras é que a combinação entre estilo impessoal dos patrões e pessoal da doméstica e pessoal dos patrões e impessoal das domésticas são situações propícias a conflitos. A primeira por ser percebida como autoridade excessiva e a segunda por prestígio não reconhecido. As combinações de estilo impessoal das duas partes, bem como pessoal nas duas partes seriam menos propícias a conflitos.

Fala 1: *“Tudo isso é trabalho de doméstica, só humilhação. Você se estressa muito, é muito estressante, você não pode falar, você não pode desabafar, você não pode gritar, é uma coisa que você não pode falar nada disso, aí vem a parte do desconforto, aí vem o desconforto da parte de ser mulher, você não pode fazer uma unha, você não pode se cuidar, você enche de varizes de tanto ficar em pé, aparece tudo isso, de sobe e desce, sobe e desce escada, faz isso, faz aquilo, agacha, levanta, eu não aconselho ninguém a trabalhar como doméstica”.*

Fala 2: *“Todos os dias é a mesma coisa, e todo dia é reclamação do patrão, ele não enxerga o que você faz. Você muda os móveis de lugar, carrega peso, ele não vê que você limpou, que você se esforçou, que sofre, e não houve nenhum elogio só reclamação, e você ainda tem que ficar calada e chamar de Senhora sem ela nem saber seu nome, ‘eu estou pagando para você fazer’ então é tudo isso que adocece a gente”.*

Fala 3: *“Toda empregada doméstica tem uma história para falar sobre isso ‘eu pago você’, isso é muito humilhante, você sabe que está sendo paga para fazer, mas você não gosta de ouvir, ‘eu estou te pagando é sua obrigação fazer’, ninguém gosta de ouvir isso, é humilhante, hoje uma empregada doméstica também tem direitos”.*

Quem contrata trabalhadores para os serviços domésticos torna-se empregador não apenas perante a lei, mas também no que diz respeito às exigências quotidianas, que talvez sejam as que

mais coloquem dificuldades práticas. Hondagneu-Sotelo (2001) identifica um conjunto de dificuldades que decorrem da posição de patrão. Por exemplo, as dificuldades para expressar as necessidades, para explicitar o que precisa ser feito, para esclarecer como pretende que os serviços sejam realizados, para pedir a execução de tarefas específicas fora da rotina diária, para avaliar o que foi feito e para agradecer pelos serviços prestados. De fato, requisitar serviços, corrigir e reconhecer são competências necessárias, porém nem sempre disponíveis ou fáceis de adquirir, e por isso, muitos empregadores considerarem como empregada ideal – aquela capaz de antecipar necessidades, identificando o que precisa ser feito e decifrando o que o patrão tem em mente sem que seja necessário pedir ou explicar os serviços.

O desejo de ser apenas servido sem o esforço de gestão do trabalho pode estar entre os motivadores de conflitos entre patrões e trabalhadoras em serviços domésticos. Isso porque ser servido implica somente ter as próprias necessidades atendidas, mas a contratação de um trabalhador assalariado implica uma série de responsabilidades, tanto do ponto de vista legal quanto na gestão quotidiana das situações postas pelo trabalho: negociar, ouvir, fornecer diretrizes, conversar sobre as dificuldades, oferecer condições adequadas de execução do trabalho, observar jornada, ritmo e quantidade de trabalho e definir autonomia das atividades.

Fala 1: *“Olha, tem umas patroas que são folgadas, que são toda dondoquinha, só quer mandar, quer tudo na mão, e uma mulher que não lava nem as calcinhas [...] tem dia que você tá mais cansada, e ouvir toda hora alguém te pedindo as coisas, é difícil demais, eu tenho dia que estou peia da vida, então eu só queria ficar em paz fazendo meu trabalho [...] não, mas parece que ela sente, porque aí que ela fica em cima mesmo”*.

A recusa ou a dificuldade em assumir com competência o papel de empregador pode trazer problemas. Hondagneu-Sotelo (2001) fala sobre a frustração das empregadas domésticas com empregadores que têm a expectativa de que elas saibam o que fazer sem que seja dito. Hondagneu-Sotelo observou em seu estudo que as empregadas não querem que seja transferida toda a responsabilidade de decisão para elas, esperam que seja dito o que precisa ser feito, mas não

exatamente em que momento e de que maneira. Além disso, gostam quando dizem o que está bom e o que está ruim no serviço.

Fala 1: *“é assim ô, nunca dizem o que querem, só sabe reclamar. E pede pra gente fazer um milhão de coisa, como se a gente não tivesse casa pra arrumar, louça, comida, aí tem que ficar brincando com criança, fazendo terapia ouvindo problema de patroa, quando a gente vê é duas horas da tarde e não consegui fazer nada [...] não tem paz pra fazer o serviço da gente”*.

Nos serviços domésticos as relações de trabalho são muito mais próximas das relações familiares e das regras que nelas vigoram que em outras situações de trabalho. Se nos serviços, de modo geral, a mistura de relações profissionais e pessoais pode acontecer pela proximidade e pelo tipo de contato que se estabelece entre as pessoas, mais ainda nos serviços domésticos remunerados. Isso porque o contexto doméstico facilita e estimula a mistura de sentimentos e o uso de normas da casa para decidir questões de trabalho.

É nesse sentido que Santos, Mesquita e Deiab (2003) entendem que os serviços domésticos são campo fértil para a relação de dominação-servidão porque, apesar de ser o Estado (mundo público) que regulamenta o usufruto da mão-de-obra, quem a usufrui é a família (mundo privado). Por essa razão, o emprego doméstico continua ainda muito suscetível às regras do domicílio e da família, apesar da existência de normas públicas regulamentando o trabalho doméstico remunerado e as relações entre patrões e empregados.

A relação de dominação-servidão, é mantida e sustentada pelos laços afetivos. Essa configuração das relações, que é uma característica dos serviços domésticos, torna mais difícil a gestão das emoções e faz dos serviços domésticos um trabalho exigente do ponto de vista afetivo. A necessidade de estabelecer e manter limites entre o pessoal e o profissional é uma constante nesse tipo de trabalho, demandando esforço tanto para patrões, quanto para as trabalhadoras.

Fala 1: *“O cansaço, porque você se estressa muito, você não pode desabafar, é uma coisa que você não pode fazer nada, aí vem a parte do desconforto, a parte da mulher, você não*

pode fazer uma unha, varizes, são casa de andar, você sobe, desce, sobe e desce, é um trabalho, você não tá fazendo um exercício, sobe escada, faz isso e faz aquilo outro, agacha e levanta, e tudo isso é um desconforto, eu não aconselho ninguém a trabalhar como doméstica, eu aconselho mil vezes você ir lá e fazer o seu trabalho como diarista, você recebe o seu dinheiro e vai embora, e daqui uma semana você volta outra vez, porque de doméstica, todos os dias é a mesma coisa, e todos os dias tem a mesma reclamação do patrão porque ele não enxerga o que você faz [...] ele só sabe reclamar e você tem que aguentar calada, quer dizer ‘eu estou pagando pra você fazer’, toda empregada doméstica tem uma história dessa ‘eu pago você’ e isso é muito humilhante”;

Fala 2: *“Eu já passei de na cozinha eu ter meu próprio prato, meu copo, e minha colher. Então eu já me acostumei, então eu levava minhas coisas na mochila, até hoje eu levo. Se tem uma faxina pra fazer eu levo minha vasilha, eu já levo minha colher, eu já levo meu prato, levo tudo”.*

Fala 3: *“Já aconteceu comigo, de eu querer tomar um banho e a patroa dizer que nem com água sanitária tira a sua sujeira, tudo isso aconteceu comigo, por eu ser negra, mas ela não pensava que se ela limpar isso aqui, a sujeira dela vai ficar na limpeza, ela queria tudo limpo, mas se eu fosse tomar um banho eu tinha que sair suja de lá, depois de ter trabalhado o dia todo, porque eu não podia usar o banheiro porque minha sujeira nem água sanitária limpava a minha sujeira [...] então tudo isso a gente passa para ter o que comer dentro de casa e dar de comida para os filhos”.*

Ou seja, a relação entre patroa e empregada é marcada pela servilidade que se constitui como uma forma de resistência passiva da mulher negra, que acabava por se submeter a tal condição visando garantir sua sobrevivência e a de seus familiares. Desta forma, historicamente, a construção social da mulher negra como trabalhadora servil foi sustentada pela permanência destas trabalhadoras em atividades precárias e desvalorizadas, originando o termo “mãe preta”, um dos estereótipos atribuídos à mulher negra que cuidava das famílias brancas e de seus filhos, muitas

vezes, sendo a referência mais próxima para as crianças desses núcleos familiares brancos, mas, tendo violado o direito de ensinar e educar seus próprios filhos (Gonzalez, 2008).

Outro ponto a ser considerado é que a busca da mulher branca por emancipação ao longo da história se dá, de acordo com Gonzalez (2018), às custas da mulher negra. Ao lutar por seus direitos e buscar uma colocação similar à do homem (branco) no mercado de trabalho, a mulher branca explora, muitas vezes, a mão de obra da mulher negra, que segue ocupando a função de mucama. O fato de a mulher negra cuidar dos afazeres domésticos de responsabilidade da mulher branca garante que ela vá para o mercado de trabalho em busca de liberdade e de direitos, mantendo, contudo, as mulheres negras na mesma posição histórica.

Conclusão

Verifica-se que, no Brasil, assim como na maior parte dos países que constituem o mundo globalizado capitalista, atribui-se às mulheres o trabalho reprodutivo. Tal fato já apontado por Federici (2017), a despeito de aparentemente estar superado, contribuiu historicamente para que se associasse a atividade masculina à produção mercantil e, a feminina, à atividade familiar doméstica. Quando se enfatiza que a atribuição de atividades domésticas a mulheres foi superada apenas aparentemente, revela-se que a emancipação feminina não se efetivou para a totalidade de mulheres.

Ao passo que para as mulheres brancas foi possível sair de casa e galgar posições no mercado de trabalho, a situação das mulheres negras não sofreu alterações significativas no imaginário social. O que se observa é, cada vez mais, a transferência do trabalho doméstico sob responsabilidade das mulheres brancas, socialmente abastadas, para as mulheres negras e periféricas. Em outras palavras, constata-se que a atribuição do trabalho doméstico à mulher não deixa de existir, é apenas transferida entre as mulheres.

Nessa transferência, mesmo a mulher branca das classes economicamente privilegiadas não deixa de ser a responsável pela execução do trabalho doméstico. Ao sair de casa, deixa explícita a lista de afazeres, transmite os detalhes relativos ao cuidado com os filhos, especifica o cardápio do

jantar e os curtos espaços de descanso, pois há sempre muito o que fazer. Comemora ingenuamente sua autonomia, a libertação da obrigação referente à execução das tarefas de casa, quando, na realidade, ainda lhe cabe socialmente a responsabilidade pelo âmbito doméstico.

Em outros termos, a divisão sexual do trabalho produz o gênero, mas este não é experienciado da mesma forma por todas as mulheres. Enquanto as mulheres brancas social e economicamente privilegiadas vivenciam o trabalho assalariado como possibilidade de emancipação, uma grande maioria de mulheres – brancas e negras – pobres experimentam tal atividade como exploração.

Quando se trata da relação dessas mulheres, patroa e doméstica, existe aí uma hierarquia singular, como não é visto em outros tipos de trabalho. Há quem mande, e há quem obedeça. A relação é baseada numa falsa ideia de inclusão, pois aproveitam dos sentimentos gerados no cotidiano da convivência para manipular e estimular a subserviência. Diante disso, a experiência vivida por estas trabalhadoras é marcada pelo ressentimento, que associado ao sentimento de humilhação, mantém o modo de se vestir, o quarto de dormir e até mesmo a linguagem ao tratar os patrões, o que marca a dependência e acarreta adoecimento psíquico.

Referências

Brasil. Lei Complementar no 150, de 1 de junho de 2015. *Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 07 de novembro de 2022.

- Brites, J. & Picanço, F. (2014). *O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas*. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, 19 (31), 131-158.
- Brites, J. (2007). *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. Cadernos Pagu, (29), 91-109.
- Emenda Constitucional no 72, de 2 de abril de 2013 (2013, 3 de abril). *Altera a redação do parágrafo único do art. 7o da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais*. Diário Oficial da União.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Fougeyrollas-Schwebel, D. (2009). *Trabalho doméstico*. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs.), Dicionário crítico de feminismo (pp. 256-262). São Paulo: Ed. Unesp.
- Girard-Nunes, C., Silva, P. H. I. (2013) *Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das trabalhadoras domésticas*. Sociedade e Estado, 28 (3), 587-606.
- Hirata, H. (2018). *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*. Trabalho Necessário, 16 (29), pp. 1-27.
- Gonzalez, L. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, 1, pp. 223-244.
- Hondagneu-Sotelo, P. (2001). *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of af-fluence*. Berkeley: University of California Press.
- Lima, J. C. R.; Toledo, A. (2020). *Dependência de empregada: tradição nos edifícios de apartamentos do bairro 7 Farol em Maceió, AL*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 20,

n. 3, p. 7-30, jul./set. 2020. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212020000300415>

- Lopez, C., C. L. A. (2018). *Empregadas domésticas: experiências do exercício da atividade*. Maceió, 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Nogueira, S., S. T. O.; Brasil, K. T. R. (2013). *O lugar do reconhecimento no trabalho docente*. Revista Exitus, 3(2), 93-107.
- Pinto, J.V. , M. (2005). *Violência no local de trabalho: um diagnóstico integrado*. Universidade de Brasília. Brasília. DF
- Prost, A. (1992). *Fronteiras e espaços privados*. Em: A. Prost, G. Vicent (Orgs.). História da Vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias. (D. Bottman, Trad.). (vol. 5, pp.13-154). São Paulo: Companhia das Letras.
- Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Santana, V S., Amorin, AM.; Oliveira, R; Xavier, S; Iriart, J & Belitardo, L. (2003). *Emprego em Serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais*. Rev. Saúde Pública, 37 (1), 65-74.
- Santos, G R. R., Mesquita, P. L. & Deiab, R A. (2003). *Entre a casa e a rua: a relação entre patrões e empregadas domésticas*. USP.
- Santos-Stubbe, C. (1995). *Suicídio como fator de alto risco entre as empregadas domésticas no Rio de Janeiro*. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 44(10), 519-527.
- Vasconcelos, A. C. L. (2017) *Situação de trabalho docente no Instituto de Computação de uma Universidade Pública Federal: debate de normas e dimensionamento de valores do bem comum*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5579412.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação de mestrado, dado os objetivos que a orientaram e pela metodologia adotada, foi possível apontar e discutir as características e as dificuldades que fazem parte do cotidiano de mulheres trabalhadoras inseridas em ambiente doméstico e remunerado, entendendo assim, o que causa sofrimento e o que permite satisfação e sobre os modos de se proteger dos problemas que atingem quem dele se ocupa.

Permitiu adentrar um pouco nesse universo que se esconde no âmbito das residências – situado como local de trabalho. Nesse sentido, a partir da voz de algumas trabalhadoras domésticas que vivem esse cotidiano, que entendemos parte de suas vivências, das experiências nesse ambiente e que por obséquio estiveram em questão. As experiências e as vivências são em suma retratadas nesse documento são o cerne e também a limitação desse estudo. É o cerne porque são as empregadas domésticas que vivem esse cotidiano e o modo como experimentam essa realidade é a realidade para elas.

E é uma limitação porque há outros envolvidos, os patrões, as pessoas da casa onde elas trabalham que também fazem parte dessa experiência e que não foram ouvidos. Mas, este estudo não pretendia e nem poderia atingir a todos os envolvidos na situação. Mesmo o que foi dito sobre as empregadas domésticas não pode ser considerado representativo do conjunto da categoria. É preciso lembrar que foi feito um recorte que circunscreveu claramente o seu alcance.

Todas as entrevistadas estão em empregos domésticos que podem ser considerados "regulares" e nenhuma vive atualmente situações extremas de humilhação e servidão. Sabemos, que é uma realidade no Brasil, a escravidão com "cara" de "trabalho doméstico remunerado", dada o entendimento de uma sociedade escravista. Para descortinar outras realidades nos serviços domésticos remunerados são necessários outros recortes, porque outras realidades existem, apenas não foram objeto desse estudo.

Ademais, por sua metodologia, essa pesquisa também não diz nada sobre a extensão dos fenômenos discutidos. Responder sobre a extensão exige outro modo de perguntar e não era esse o

objetivo. O estudo que foi feito permitiu colocar em discussão a função das ligações afetivas nos serviços domésticos, a importância da organização do trabalho para a saúde dessas trabalhadoras e os diferentes modos de se defender e de enfrentar as dificuldades próprias dessa ocupação profissional como o tratamento humilhante e a servidão.

Por outro lado, ainda pouco pode ser dito, por exemplo, sobre a proporção de trabalhadoras domésticas que ainda estão submetidas ao tratamento degradante e humilhante, ou sobre a proporção das que contam com boas relações afetivas no trabalho (mesmo que orientada por um mecanismo de defesa suficientemente elaborado), ou ainda a frequência das que se mantêm no trabalho apesar da gravidade dos problemas estabelecidos no espaço da casa e na convivência com os patrões. Para obter essas respostas é necessário outro tipo de delineamento de pesquisa.

Esses são alguns dos limites deste estudo, resultado das escolhas feitas durante seu desenvolvimento. Essas escolhas são necessárias porque embora diferentes caminhos possam levar a resultados relevantes em pesquisa, não podem ser trilhados ao mesmo tempo. O que se pretendia neste estudo, seguindo a indicação de Bauer (2002), era ser exaustivo nos limites do corpus, o que pode ser considerado cumprido. As entrevistas foram exploradas exaustivamente em todos os aspectos que apareceram.

Por fim, o que se espera é que esse estudo representa mais uma contribuição para colocar em evidência o que se passa com as empregadas domésticas enquanto trabalhadoras, tornando mais visível os problemas, sobretudo aqueles mais sutis, mais difíceis de serem percebidos e de serem tomadas providências. Uma categoria tão representativa numericamente é tão importante do ponto de vista prático, deve ser lembrada de muitas maneiras. Que essa seja mais uma entre outras que ainda virão.

Referências Bibliográficas

Bauer, M.W.; Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

ANEXO I - Roteiro De Pesquisa

Orientação Verbal

Prezada:

Esta pesquisa faz parte de um estudo de Mestrado e tem por finalidade investigar aspectos dos âmbitos ocupacionais, pessoais e familiares.

Gostaria de ressaltar que a participação nesse estudo é voluntária e, se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Na divulgação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo.

Participando da pesquisa, você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Entrevista semiestruturada

EIXO I e II - Condições de trabalho e organização do trabalho

1. Apresentação (nome, idade, localidade de moradia)
2. Como escolheu a profissão de doméstica? Chegou a ser uma escolha?
3. Me conta da sua rotina.
4. Como que você conseguiu esse trabalho?
5. Descreva seu trabalho (atividades realizadas).
6. Quais tipos de dificuldade encontra no trabalho?
7. Quais são as condições que o local de trabalho possui?
8. As atividades realizadas são definidas de forma clara? A sua patroa direciona as atividades?
9. Como é o ritmo de trabalho? Há esforço físico? Mental?
10. Você acredita que o trabalho está afetando sua saúde? De que maneira?
11. Você tem com quem contar para cuidar dos seus filhos?
12. Você tem alguém que te auxilie no cuidado da casa? Te auxilie na rotina diária?
13. O que faz para adequar o trabalho à vida social?
14. Encontra suporte para lidar com as dificuldades?
15. Já encontrou suporte fora do trabalho como em coletivos de trabalhadoras e sindicatos?
16. Qual impacto o trabalho traz na sua vida social? Amigos, família, namorado, esposa, filhos?

EIXO III - Reconhecimento no trabalho

17. O que você pensa sobre o seu trabalho, quais os sentimentos em relação a ele?
18. Há dificuldades na realização das atividades?
19. Se sente reconhecida no seu trabalho?
20. Há liberdade de opinião, críticas e sugestões?
21. Quando surge alguma dificuldade qual a forma de lidar com ela?

EIXO IV- Relações de trabalho entre doméstica x patrões

22. O que você sente pela patroa?
23. Quais as diferenças entre você e a sua patroa?
24. Você acha que esse lugar ainda poderia ser o seu?
25. Acredita que há possibilidade de recompensa no trabalho que faz pela família dessa mulher?
26. Acredita realmente fazer parte da família dessas mulheres?

ANEXO II - Instrumento de coleta de dados

1. **Identificação por Iniciais ou nome fictício:** _____
2. **Como você se identifica em relação ao sexo ou identidade de gênero (um ou mais):**
 Mulher Mulher Trans Intersexo
3. **Como você se identifica em relação à orientação sexual:**
 Bissexual Lésbica Heterossexual Outro _____
4. **Como você se identifica em relação à raça/etnia:**
 Branca Amarela Indígena Parda Preta
5. **Data de Nascimento:** ____/____/____
6. **Naturalidade:** _____ **Data da imigração:** _____
7. **Escolaridade:**
 alfabetizado fundamental médio superior/graduação
8. **Estado civil:**
 solteiro/a casado/a união estável separado/a divorciado/a viúvo/a
9. **Filhos/as :**
 0 1 2 3 outros ____ Idades dos filhos (as) _____
10. **Ocupação:**
 Atual _____ Tempo de atuação ____ anos ____ meses
 Condições (tipos de vínculos empregatícios): _____
11. **Renda:**
 Renda média _____ Renda média familiar _____
12. **Moradia:**
 Reside com quem? _____
 Possui casa própria? _____
 Condições de moradia:
 A rua que mora é pavimentada _____
 Tem água encanada _____
 Esgoto _____
 Eletricidade _____
 Meio de locomoção mais comum _____
13. **Acesso ao serviço médico:** Não Sim.
 Medicação _____
 Diagnóstico _____
14. **Outras redes de apoio:**

Local _____

Psicoterapia () Sim () Não

Religião e/ou religiosidade e/ou filosofia de vida: _____

Outras informações:
